ATUALIDADES

BRASIL

PETROBRAS TEM LUCRO LÍQUIDO DE R\$ 188,3 BILHÕES EM 2022, O MAIOR DA HISTÓRIA DA EMPRESA

No quarto trimestre de 2022, lucro da estatal foi de R\$ 43,341 bilhões, uma alta de 37,6% em relação ao mesmo período de 2021, quando registrou ganho de R\$ 31,504 bilhões.

A Petrobras informou nesta quarta-feira (1) que registrou lucro líquido de R\$ 188,328 bilhões em 2022, o maior da história da empresa. O resultado ficou 76,6% acima dos R\$ 106,668 bilhões reportados em 2021, até então o valor recorde, e foi impulsionado pelo avanço das cotações internacionais do petróleo.

O lucro anual da Petrobras também foi o maior da história entre empresas listadas na bolsa de valores brasileira, segundo levantamento realizado por Einar Rivero, do TradeMap. O segundo melhor resultado foi o da mineradora Vale, com lucro líquido de R\$ 121,228 bilhões em 2021. Em terceiro lugar aparece novamente a petroleira, com o ganho de R\$ 106,6 bilhões em 2021.

Em comunicado, o diretor financeiro e de relações com investidores da Petrobras, Rodrigo Araujo Alves, afirmou que a petroleira alcançou "recordes superlativos" após "diversas ações gerenciais relevantes tomadas ao longo dos últimos anos, uma vez que o preço do petróleo já esteve em patamares similares aos de 2022, sem que os mesmos resultados fossem observados".

O lucro líquido recorde da Petrobras foi divulgado em meio a tentativas do governo federal de mudar as regras de distribuição de dividendos da empresa. O objetivo do Executivo é evitar altas elevadas de preços da estatal e garantir mais investimentos em transição energética.

As medidas têm sido discutidas pelo presidente Lula com ministros no Palácio do Planalto. As propostas, no entanto, foram mal recebidas pelo mercado, porque geram dúvidas sobre como será a política de distribuição de dividendos da estatal, o que pode afastar investidores em ações da petroleira.

No quarto trimestre de 2022, o lucro da Petrobras foi de R\$ 43,341 bilhões, uma queda de 6% em relação aos três meses anteriores. Já em relação ao quarto trimestre de 2021, quando a petroleira registrou lucro de R\$ 31,504 bilhões, a alta foi de 37,6%.

O lucro antes de juros, impostos, amortização e depreciação (Ebitda) ajustado da Petrobras totalizou R\$ 340,482 bilhões em 2022, uma alta de 45% em relação aos R\$ 234,576 bilhões registrados em 2021.

Já receita de vendas da empresa totalizou R\$ 641,256 em 2022, frente a R\$ 452,668 bilhões em 2021, um aumento de 41,7%.

Conselho aprova R\$ 35,8 bilhões em dividendos

A Petrobras também informou na noite desta quarta que seu conselho de administração aprovou, por maioria, a proposta de distribuição de dividendos equivalentes a R\$ 2,7457 (brutos) por ação. A decisão foi divulgada em fato relevante, após reunião entre conselho e diretoria executiva da empresa.

Considerando o total de 13.044.201.261 ações da companhia no mercado de capitais, a soma dos dividendos a serem distribuídos chega a R\$ 35,8 bilhões. A proposta de pagamento é referente aos resultados da petroleira em 2022.

De acordo com o comunicado, a aprovação do dividendo proposto "está alinhada à política de remuneração aos acionistas e é compatível com a sustentabilidade financeira da companhia no curto, médio e longo prazos".

A aprovação ocorreu, no entanto, após o conselho da empresa propor a criação de uma reserva estatutária para reter até R\$ 0,4980 por ação — montante que pode chegar a R\$ 6,5 bilhões. A proposta será encaminhada à assembleia geral de acionistas, prevista para o dia 27 de abril.

NOVA REGRA DO ICMS PODE AUMENTAR 11,45% O PREÇO DA GASOLINA, DIZEM ECONOMISTAS

Confaz publica texto no Diário Oficial da União de acordo para cobrança única de alíquota de R\$1,45 por litro nos combustíveis

O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) publicou nesta quarta-feira (29), no Diário Oficial da União, o texto de um convênio que decidiu pela cobrança de ICMS uma única vez nas operações com gasolina e etanol anidro combustível, no valor de R\$ 1,45 por litro.

Para os economistas Andréa Angelo e Felipe Salto, da Warren Rena, o acordo que fixa o ICMS sobre gasolina e etanol pode provocar aumento de 11,45% no preço da gasolina. "O impacto na inflação é relevante, podendo chegar a 0,50 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023", afirmaram em relatório a clientes.

De acordo com o documento, a cobrança será realizada dessa forma, qualquer que seja a finalidade das operações, ainda que iniciadas no exterior.

A medida, que entrará em vigor em 1º de julho deste ano, terão alíquotas uniformes em todo o território nacional.

A fixação de uma alíquota única para esses combustíveis estava prevista como parte de acordo fechado entre estados, Distrito Federal e União, homologado no fim do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal (STF), em busca de dar fim a um impasse acerca do tributo.

Depois do acordo, o Confaz já havia publicado um convênio que fixa alíquotas únicas de ICMS para o diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo (GLP) para todo o território nacional a partir de 1º de abril.

O relatório de Angelo e Salto entende que o impacto na inflação é relevante, podendo chegar a 0,50 ponto percentual na projeção do IPCA para 2023. "Do ponto de vista das receitas estaduais, a medida deverá colaborar para praticamente sanar, tudo o mais constante, as perdas derivadas especificamente das limitações de alíquotas ocorridas no segundo semestre do ano passado a partir da Lei Complementar nº 194".

No início deste mês, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou um acordo com os estados para serem compensados pelas perdas provocadas pela limitação do ICMS sobre combustíveis em um total de R\$ 26,9 bilhões.

Ainda segundo os economistas, a questão da essencialidade parece que ainda está em aberto. "Pela lógica, como a alíquota ad rem anunciada (R\$ 1,45) equivale a uma ad valorem média de 27,5%, e esse patamar é superior à alíquota modal (de 17% ou 18%), à qual estão sujeitos os itens chamados essenciais, então poderia concluir que a essencialidade estaria de fato afastada para a gasolina".

Complemento na lei

Uma lei aprovada no ano passado, durante o governo de Jair Bolsonaro, limitou o percentual do ICMS a ser cobrado pelos estados sobre os setores de combustíveis, gás, energia, comunicações e transporte coletivo, o que provocou perdas na arrecadação dos Estados.

Segundo Fábio Nieves, integrante do Conselho de Defesa do Contribuinte do Estado de São Paulo, juiz do Tribunal de Impostos e Taxas do Estado de São Paulo e Conselheiro do Carf, esse despacho não vai mudar nada. "Ela só regulamenta a legislação que já foi publicada. Ela é mais extensiva, dá mais detalhes a algo que já existe, não trouxe mudanças no sistema".

Nieves explicou que o ex-presidente Jair Bolsonaro já havia sancionado a Lei Complementar 192 dizendo que o ICMS dos combustíveis incidiria uma única vez e ele fez uma limitação em relação à questão da alíquota.

"Os estados entraram com uma ação direta de incondicionalidade. Houve uma liminar em relação a isso e, o que o Confaz fez agora, nada mais foi do que especificar as normas da Lei Complementar 192", pontua o advogado.

HÁ 100 ANOS, MORRIA O ABOLICIONISTA RUI BARBOSA

Apagou-se o sol. Foi assim que o jornal carioca Gazeta de Notícias anunciou, em 1º de março de 1923, a morte de Rui Barbosa de Oliveira. Periódicos da França, Inglaterra, Bélgica e de dezenas de países publicaram em suas primeiras páginas a notícia da morte do denominado maior dos brasileiros.

Rui Barbosa foi um intelectual, escritor, político, advogado, jornalista, diplomata e um importante jurista brasileiro. Ao longo de seus 73 anos, Rui Barbosa escreveu seu nome no rol de intelectuais mais relevantes da história do país. O professor de filosofia e escritor Saulo Dourado, autor do romance histórico O borbulhar do gênio, prefere descrever o ilustre baiano como um estudioso tímido, dedicado e flexível.

"Eu acho que pela correspondência com Castro Alves dá pra entender mais Rui Barbosa. Eles foram crianças estudando juntas, ali no Ginásio Baiano do Abílio César Borges, que era um educador muito à frente do momento. Trouxe a ideia de um palco pra dentro da escola, em que Castro Alves declamava poemas e o Rui Barbosa falava. - algo que ele fez pro restante da vida. Que eram os grandes discursos. Os processos de Rui Barbosa duravam cinco horas de defesa. Então assim, essa figura que, ao mesmo tempo, é bastante dedicada, tímida... acordava 5h para poder estudar. E ele conseguiu concluir a escola antes da idade convencional e poderia fazer a faculdade de direito aos 15 anos, mas o pai não deixou. Disse que ele só poderia aos 16. E disse assim, 'então aproveite esse ano pra estudar alemão'".

O professor também o caracteriza como um homem plural e com várias habilidades.

"O Rui Barbosa conseguiu estar em vários campos ao mesmo tempo. Está em diálogo com Castro Alves, um poeta, até estar em correspondência com Luís Gama, com pautas abolicionistas, fazendo realmente um jornal radical em São Paulo, a favor inclusive da República. E até em diálogo com a própria monarquia, como ele depois com outros ministros. Então ela é uma pessoa plural nesse sentido, e foi desde a figura de confiança de Marechal Deodoro até o inimigo número um de Floriano Peixoto".

Diplomata de grandes qualidades e um brilhante orador, em 1907 foi nomeado juiz da Corte Internacional de Haia e, ao lado de outros intelectuais, foi indicado como um dos "Sete Sábios de Haia". Foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, do qual foi presidente após a morte de Machado de Assis. Para o jornalista e presidente da Associação Baiana de Imprensa, Ernesto Marques, Rui Barbosa foi um importante intelectual com uma presença muito forte na vida cultural brasileira.

"Rui Barbosa é, sem dúvida alguma, um dos brasileiros mais importantes de todos os tempos. Porque, se você observar, fora as lutas pela implantação do sistema federativo, pela Proclamação da República, pela abolição da escravatura, foi ele o redator do primeiro projeto de Constituição republicana. Várias instituições que a gente tem hoje - ou todas as instituições que a gente tem hoje - foram arquitetadas, foram desenhadas a partir das reflexões do Rui Barbosa. Um intelectual com uma presença muito forte na vida cultural brasileira, fundador da Academia de Letras. Não por acaso, o Dia Nacional da Cultura é comemorado no 5 de novembro, que é a data de nascimento de Rui Barbosa. Ele também foi talvez o primeiro que projetou o Brasil globalmente a partir das posições da política externa brasileira. E foi também um jornalista apaixonado".

Para o jornalista Ernesto Marques, Rui Barbosa continua presente em nossas vidas.

"Em todos os grandes temas sobre os quais nós nos debatemos nos últimos anos tem a presença de Rui. Cortes superiores ou o questionamento feita ao Supremo Tribunal Federal, ao TSE etc.: Rui Barbosa. Cortes de contas, o papel dos Tribunais de Contas, Rui Barbosa foi fundador dos Tribunais de Contas. Liberdade de imprensa, primeiro habeas corpus conseguido em favor de um jornalista em defesa da liberdade de imprensa: Rui Barbosa. Defesa de salários iguais pra homens e mulheres: Rui Barbosa. Defesa do acesso universal à educação e educação profissional, Rui Barbosa. Liberdade pra os escravizados, Rui Barbosa. É alguém que a gente, sem perceber, convive no cotidiano o tempo inteiro".

De seus 55 anos de vida pública, Rui Barbosa passou 32 no Senado, sempre representando o estado da Bahia. Nesta quarta-feira (1º), o Senado vai realizar sessão solene para lembrar o centenário de falecimento de Rui Barbosa.

BOLSONARO FICOU COM TERCEIRO CONJUNTO DE RELÓGIO, CANETA E JOIAS DA ARÁBIA, DIZ SITE

De acordo com o Estadão, ex-presidente Bolsonaro recebeu da Arábia Saudita joias de ouro branco e diamante avaliadas em mais de R\$ 500 mil

Uma viagem a Doha, no Catar, e Riade, na Arábia Saudita, em outubro de 2019, rendeu ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) mais um presente. Dessa vez, uma caixa com um relógio Rolex, uma caneta Chopard, abotoaduras, anel e uma espécie de rosário árabe. De acordo com o jornal O Estado de São Paulo, o conjunto, de ouro branco e diamantes, é avaliado, em hipótese conservadora, em mais de R\$ 500 mil, e ficou com Bolsonaro mesmo depois que ele saiu da Presidência.

A caixa com os presentes teria sido recebida pelo próprio Jair Bolsonaro do regime da Arábia Saudita, após almoço com o rei saudita Salman Bin Abdulaziz Al Saud. No caso das joias avaliadas em mais de R\$ 16,5 milhões, retidas pela Receita Federal por questões legais, e do outro pacote que veio na bagagem da comitiva que foi ao Oriente Médio em outubro de 2021, os presentes não passaram pelas mãos do ex-presidente.

A lista com os itens recebidos por Bolsonaro na viagem que incluiu Japão, China, Emirados Árabes e Arábia Saudita, em outubro de 2019, já havia sido obtida pelo Metrópoles, em novembro daquele ano. E mostrava um relógio de pulso, um anel, um par de abotoaduras, uma caneta e uma Masbaha, espécie de rosário árabe.

De acordo com a reportagem do Estadão, Bolsonaro ordenou que esses itens, dentro de uma caixa de madeira clara, com o símbolo verde do brasão de armas da Arábia Saudita, fossem guardados no acervo privado da Presidência. Há uma confirmação disso no dia 8 de novembro de 2019, feita pelo Gabinete Adjunto de Documentação Histórica da Presidência.

De acordo com o documento, não houve intermediário no trâmite de entrada do presente no Brasil e o presidente teve contato com a caixa. Depois, em 6 de junho de 2022, novo formulário foi

preenchido para que os presentes fossem "encaminhados ao gabinete do presidente Jair Bolsonaro", o que aconteceu em 8 de junho, segundo o Estadão.

Defesa de Bolsonaro

Os advogados de Bolsonaro, em nota, confirmaram que "os bens foram devidamente registrados, catalogados e incluídos no acervo da Presidência da República conforme a legislação em vigor".

De acordo com o documento enviado pela defesa, todos os presentes recebidos pelo ex-presidente passarão por auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU). "No mais, a defesa do ex-presidente Bolsonaro reitera que quaisquer presentes encontram-se à disposição para apresentação e depósito, caso necessário", termina a nota.

Em outubro de 2021, uma comitiva do governo comandada pelo então ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, retornou ao Brasil de uma viagem oficial à Arábia Saudita com joias femininas na bagagem que faziam parte de um outro conjunto de itens, diferente do que foi adicionado ao acervo pessoal de Bolsonaro.

As peças, segundo Albuquerque, foram presentes do governo saudita para a então primeira-dama, Michelle Bolsonaro. Somadas, as joias chegam ao valor de R\$ 16,5 milhões.

As joias estavam na mochila de um assessor do então ministro. No aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, o assessor tentou passar pela alfândega, na fila da Receita Federal de "nada a declarar". Pela lei, porém, ele deveria declarar os acessórios e pagar taxa de 50% sobre o valor das joias – ou seja, R\$ 8,25 milhões.

Como não houve pagamento, a Receita reteve o material. O governo Bolsonaro tentou, em pelo menos oito ocasiões, reaver os itens, acionando inclusive outros ministérios, além da chefia da Receita. Em todas essas tentativas, ninguém pagou a taxa, e as joias não foram devolvidas.

Um segundo pacote não foi interceptado pela Receita, mas também estava na bagagem de um dos integrantes da comitiva que foi ao Oriente Médio em outubro de 2021, em missão oficial, e, do mesmo modo, seria um presente do governo saudita.

O pacote inclui relógio, caneta, abotoaduras, anel e um tipo de rosário, todos da marca suíça de diamantes Chopard. Publicamente, não há estimativa ou avaliação de valores desse outro lote de joias. Bolsonaro afirmou que o presente estava com ele. A partir daí, questionou-se, também, outros presentes, como armas, recebidos e guardados pelo ex-presidente.

Na última sexta-feira (24/3), a defesa de Bolsonaro entregou joias e armas que o ex-mandatário ganhou de autoridades árabes e incorporou a seu acervo pessoal.

COMEÇA O PERÍODO PARA ENTREGA DO IMPOSTO DE RENDA 2023

A partir das 8h desta quarta-feira (15), o contribuinte poderá acertar as contas com o Leão. Começa o prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Segundo a Receita Federal, a expectativa é que recebamos entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde registrado em 2022, quando o Fisco recebeu 36.322.912 documentos.

A partir deste ano, a declaração terá novo prazo, de 15 de março a 31 de maio. De acordo com a Receita, a mudança foi necessária para permitir que todos os contribuintes possam ter acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda no primeiro dia de entrega.

É importante verificar se não é um grupo de contribuintes que deve prestar contas à Receita Federal e iniciar a separação dos documentos para apresentar as contas ao «leão».

"A recomendação é buscar o apoio de um profissional responsável, devidamente registrado no conselho regional da categoria, que está preparado para esse serviço. Para receber restituição e não se preocupar é importante adiar a entrega do documento e não deixar para os últimos dias", explica o conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e coordenador da Comissão Nacional do Imposto de Renda 2023, Adriano Marrocos.

Quem deve declarar o IRPF 2023?

- Rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 40 mil;
- Ganho de capital na alienação de bens ou direitos sujeitos à incidência do imposto;
- Isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;
- Operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas;
- Posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, acima de R\$ 300 mil;
- Passou à condição de residente no Brasil em qualquer mês de 2022 e permaneceu nessa condição até 31 de dezembro do ano passado;
- Receita bruta com atividade rural superior a R \$142.798,50 ou compensação, no ano-base de 2022 ou posteriores, de prejuízos de anos-calendário anteriores ou do próprio ano-base de 2022.

Todos aqueles que não preenchem esses requisitos de renda mínima, não precisam fazer a declaração, mas podem entregar, se desejarem. Quem consta como dependente em outra declaração apresentada por pessoa física ou tem propriedade ou posse de bens e direitos declarados pelo cônjuge ou companheiro também não precisa enviar a declaração.

A partir das 8h desta quarta-feira (15), o contribuinte poderá acertar as contas com o Leão. Começa o prazo de entrega da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2023. Segundo a Receita Federal, a expectativa é que sejam recebidas entre 38,5 milhões e 39,5 milhões de declarações neste ano, número superior ao recorde registrado em 2022, quando o Fisco recebeu 36.322.912 documentos.

A partir deste ano, a declaração terá novo prazo, de 15 de março a 31 de maio. De acordo com a Receita, a mudança foi necessária para permitir que todos os contribuintes possam ter acesso à declaração pré-preenchida do Imposto de Renda no primeiro dia de entrega.

Declaração pré-preenchida

Fornecida a pessoas físicas com contas prata ou ouro no Portal Gov.br desde o ano passado, a declaração pré-preenchida será mais completa neste ano. A Receita Federal ampliou a base de dados do formulário, disponível a partir desta quarta no Centro Virtual de Atendimento da Receita (e-CAC).

- A partir deste ano, a declaração pré-preenchida tem as seguintes informações:
- Imóveis adquiridos e registrados em cartório, com base na Declaração de Operações Imobiliárias (DOI)
- Doações efetuadas no ano-calendário declaradas por instituições em Declaração de Benefícios Fiscais (DBF)
- Inclusão de criptoativos declarados pelas exchanges (corretoras de ativos digitais)
- Saldos a partir de R\$ 140 de contas bancárias e de investimento em 31/12/2022, desde que os dados de CNPJ, banco, conta, agência e saldo em 31/12/2021 tenham sido informados corretamente pelo contribuinte

- Inclusão de contas bancárias e fundos de investimento não informados na declaração de 2022 ou abertos após o envio da declaração do ano passado
 - Rendimentos de restituição recebidos no ano-calendário

Além desses dados, a declaração pré-preenchida tem informações sobre a fontes pagadoras, rendimentos, deduções, bens e direitos e dívidas e ônus reais matriculados por declarações repassadas por empresas, planos de saúde, instituições financeiras e empresas imobiliárias à Receita, cabendo apenas confirmar os dados ou alterar, incluir ou excluir informações necessárias. Também são fornecidas informações de identificação, endereço, número de recebimento e dependentes.

VEREADORA E NAMORADO ENCONTRADOS MORTOS MOR-RERAM POR ASFIXIA EM JUAZEIRO DO NORTE, APONTAM LAUDOS

As marcas nos corpos de ambos indicam que houve luta corporal, de acordo com depoimentos. Yanny Brena e Rickson Pinto foram encontrados mortos em casa. A principal linha de investigação da polícia é de feminicídio seguido de suicídio.

A causa da morte da vereadora Yanny Brena e de seu namorado, Rickson Pinto, foi asfixia, de acordo com os exames dos corpos feitos pela Perícia Forense (Pefoce) e que foram divulgados nesta segunda-feira (6). Os corpos foram encontrados na casa onde moravam em Juazeiro do Norte, no Ceará, na sexta-feira (3). A principal linha de investigação do crime é feminicídio seguido de suicídio.

O caso está a cargo da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Juazeiro do Norte, unidade que já ouviu, até o momento, cerca de 20 pessoas. A Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do estado reforçou que a Polícia Civil aguarda receber outros laudos solicitados à Pefoce sobre o local de crime e de imagens de câmeras de segurança, além do laudo de pesquisa de substâncias em amostras de sangue e urina.

Yanny Brena sofreu ferimentos no pescoço, no abdômen e também teve unhas quebradas, segundo oo laudo pericial ao qual a TV Verdes Mares teve acesso.

As marcas, segundo o documento, indicam que houve luta corporal. Um cabo do aparelho de TV foi utilizado no crime.

Em depoimento à polícia, uma das amigas de Yanny Brena afirmou que a vereadora já havia expressado que não queria continuar pagando as despesas do namorado.

Depoimento de amiga

A reportagem da TV Verdes Mares Cariri, afiliada da TV Globo, teve acesso ao depoimento da amiga de Yanny Brena, uma das 17 pessoas ouvidas pela polícia para tentar elucidar o caso. A polícia também apura se Yanny havia tentado terminar o relacionamento com Rickson dias antes das mortes.

Yanny era médica, além de vereadora pelo PL e presidente da Câmara de Juazeiro do Norte. Rickson se intitulava como atleta de vaquejada, mas não possuía uma ocupação fixa, de acordo com as investigações. O casal estava junto desde 2020.

Fim do relacionamento

Segundo informações de uma fonte da polícia obtidas pela TV Verdes Mares Cariri, desde 26 de fevereiro a vereadora tentava encerrar o relacionamento, porém Rickson não aceitava.

O casal morava na casa da vereadora, no Bairro Lagoa Seca, onde os corpos foram encontrados. De acordo com Carlos Gilvan, tio da vereadora, os pais dela eram contra o namoro.

"Ela saiu de casa com esse rapaz e o pai e a mãe não aceitavam esse relacionamento", disse o tio.

Investigação

A TV Verdes Mares Cariri, afiliada da TV Globo, também apurou junto aos policiais envolvidos no caso que Yanny foi vítima de esganadura e depois teve um suicídio forjado com uma corda pelo namorado, que se matou em seguida.

A causa das mortes deverá ser divulgada apenas após conclusão do laudo da perícia. A apuração do caso é da Delegacia de Defesa da Mulher (DDM) de Juazeiro do Norte.

DEPOIS DO 'PESO-REAL', BRASIL NEGOCIA SUBSTITUIR O DÓ-LAR EM RELAÇÕES COMERCIAIS COM A CHINA

No fim de janeiro, os BCs dos dois países assinaram um memorando para estabelecer um banco para fazer a compensação das divisas diretamente

Depois do estudo para criar uma moeda única entre Argentina e Brasil, o "peso-real", para as relações comerciais, o governo brasileiro tenta repetir a ideia com outros parceiros econômicos.

Nas últimas semanas, Brasil e China avançaram nas negociações para que o comércio e os investimentos sejam feitos diretamente entre o real e o yuan, a fim de excluir o dólar americano como moeda de referência nas transações.

No fim de janeiro, os bancos centrais dos dois países assinaram um memorando para estabelecer uma "clearing house" no Brasil. Na prática, trata-se de um banco escolhido pelo governo chinês — o ICBC — com liquidez na moeda chinesa para fazer a compensação das divisas diretamente. O empresário no Brasil receberia em yuan e faria, nesse mesmo banco, a troca pelo real.

Segundo relatório lançado em novembro do ano passado pelo Banco do Povo da China (PBC, o banco central chinês), no fim de 2021 existiam 27 bancos de "clearing" da moeda chinesa fora da China continental em 25 países e regiões diferentes, como Canadá, Alemanha, Reino Unido, França, Luxemburgo, Suíça, Catar, Taiwan, Coreia do Sul, Cingapura e Austrália.

Na América do Sul, o Chile possui um acordo similar, assim como a Argentina. Até mesmo os EUA possuem uma "clearing house" para fazer a troca direta da moeda, indicada pelo BC chinês.

A medida de "afastar" o dólar americano nas relações comerciais tem sido adotada pela China em meio ao cenário de disputas geopolíticas e econômicas com os EUA. Recentemente, o governo do presidente Xi Jinping firmou acordos com Arábia Saudita e Rússia para o uso do yuan no comércio.

Por fim, o yuan tem cerca de 2% de participação nos pagamentos globais, em crescimento principalmente no entorno do gigante asiático.

Câmbio entre Brasil e China

A secretária de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Tatiana Rosito, afirmou que "a maior previsibilidade das taxas de câmbio" é muito importante para investidores e comerciantes.

Segundo ela, os impostos sobre transações de câmbio são um dos pontos mais questionados por parceiros chineses no Brasil, e o comércio em moeda local poderia contribuir para o incremento das trocas bilaterais. A balança comercial entre os dois países alcançou US\$ 150 bilhões no ano passado, e os investimentos diretos da China no Brasil chegaram ao acumulado de US\$ 70 bilhões.

"Esses elementos reduzirão os custos de transação para trocas entre real e yuan, e são um elemento a mais nesse adensamento das relações", disse Rosito, que participou do Fórum de Negócios Brasil-China, realizado ontem, em Pequim, com cerca de 523 participantes, entre autoridades dos dois governos e empresários.

Para além disso, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) também planeja lançar novas linhas de financiamento para o comércio bilateral.

Real-Yuan: redução do "custo Brasil"

O acordo pode trazer vantagens para exportadores e importadores brasileiros, com baixo risco para o Brasil, segundo especialistas ouvidos pelo Estadão.

Na visão de Tulio Cariello, diretor de Conteúdo do Conselho Empresarial Brasil-China (CEBC), as transações diretas permitiriam redução de custos financeiros, já que ao passar os pagamentos da moeda chinesa para o dólar e depois para o real, ou vice-versa, há perdas nas taxas de câmbio.

Em segundo lugar, as taxas de câmbio para yuan, com maior controle do governo chinês, variam menos, dando maior previsibilidade para as empresas.

"Pode ser uma alternativa para diminuir o custo de transação, para evitar duas conversões", afirmou o ex-secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento Welber Barral. Ele pontua, porém, que o acordo não deve substituir por completo o uso do dólar nas transações com o gigante asiático.

Isso porque, apesar de o Brasil poder comercializar diretamente por meio de outras moedas chamadas de conversíveis como euro, franco suíço e libra esterlina, mais de 90% das transações do comércio exterior brasileiro hoje ainda são em dólar.

Segundo o consultor Sérgio Quadros, diretor da SQ Asia Business Consulting, outra vantagem das transações diretas para os exportadores brasileiros é a possibilidade de abrir mercado na China., já que as regras da política de controle de capitais do governo chinês limitam o acesso dos importadores locais ao dólar.

Com as transações diretas, é possível ir além desses limites. "Certamente haverá aumento do comércio", afirmou.

Por fim, um executivo de um dos maiores frigoríficos do País disse que o acordo poderá ser interessante se o fato de não envolver o dólar permitir o acesso a linhas de financiamento para exportação, em bancos chineses, com taxas de juros mais baixas.

Para exportadores do agronegócio nacional, o uso do dólar pode ser vantajoso, pois, além de receberem na moeda americana e terem despesas em real, conseguem reduzir os efeitos do chamado "custo Brasil".

PIB CRESCE 2,9% EM 2022 E FECHA O ANO EM R\$ 9,9 TRILHÕES

Crescimento foi puxado pelas altas nos serviços e na indústria O Produto Interno Bruto (PIB - soma dos bens e serviços produzidos no país) caiu 0,2% no quarto trimestre de 2022, mas encerrou o ano com crescimento de 2,9%, totalizando R\$ 9,9 trilhões. Já o

PIB per capita alcançou R\$ 46.155 no ano passado, um avanço, em termos reais, de 2,2% em relação ao ano anterior.

Os dados são do Sistema de Contas Nacionais Trimestrais, divulgado hoje (2), pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O crescimento do PIB em 2022 foi puxado pelas altas nos serviços (4,2%) e na indústria (1,6%), que juntos representam cerca de 90% do indicador. Por outro lado, a agropecuária recuou 1,7% em 2022.

"Desses 2,9% de crescimento em 2022, os serviços foram responsáveis por 2,4 pontos percentuais. Além de ser o setor de maior peso, foi o que mais cresceu, o que demonstra como foi alta a sua contribuição na economia no ano", disse, em nota, a coordenadora de Contas Nacionais do IBGE, Rebeca Palis.

"As duas atividades que mais chamam atenção estão entre as que mais cresceram em 2021, após as quedas de 2020: transportes e outros serviços, que inclui categorias de serviços pessoais e serviços profissionais. Foi uma continuação da retomada da demanda pelos serviços após a pandemia de covid-19. Em outros serviços, podemos destacar setores ligados ao turismo, como serviços de alimentação, serviços de alojamento e aluguel de carros", acrescentou Rebeca.

Segundo o IBGE, na indústria, o maior destaque foi a atividade eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (10,1%), que teve bandeiras tarifárias mais favoráveis em 2022.

"O crescimento dessa atividade está muito relacionado à recuperação em relação à crise hídrica de 2021. Além do crescimento da economia, houve o desligamento das térmicas, diminuindo os custos de produção, o que contribui para o aumento do valor adicionado da atividade. Ademais, a atividade de construção, com alta de 6,9%, corroborada pelo aumento na sua ocupação, foi influenciada pelo ano eleitoral, que sempre apresenta uma maior quantidade de obras públicas", analisou a coordenadora.

Já as indústrias de transformação tiveram variação negativa de 0,3%, principalmente pela queda na fabricação de produtos de metal; móveis; produtos de madeira e de borracha e plástico, enquanto as indústrias extrativas caíram 1,7%.

"O resultado das indústrias extrativas no ano foi puxado pela queda na extração de minério de ferro, relacionada ao lockdown ocorrido na China, nosso maior comprador, enquanto as indústrias de transformação foram impactadas negativamente devido a fatores como juros altos e custos de matéria-prima elevados", avaliou Rebeca.

Produção de soja

O setor de agropecuária teve queda de 1,7% no ano, decorrente do decréscimo de produção e perda de produtividade da atividade agricultura, que suplantou a contribuição positiva das atividades de pecuária e pesca.

"A soja, principal produto da lavoura brasileira, com estimativa de queda de produção de 11,4%, foi quem mais puxou o resultado da agropecuária para baixo no ano, sendo impactada por efeitos climáticos adversos", explicou a pesquisadora.

Na análise da despesa, houve alta de 0,9% da Formação Bruta de Capital Fixo, que são os investimentos, segundo ano consecutivo de crescimento. A despesa de consumo das famílias avançou 4,3% em relação ao ano anterior e a despesa do consumo do governo, por sua vez, cresceu 1,5%.

No setor externo, as exportações de bens e serviços cresceram 5,5%, enquanto as importações de bens e serviços subiram 0,8%.

LIRA QUER MAIS DEPUTADOS EM COMISSÕES MISTAS E CITA ALTERNATIVA PARA MPS CASO NÃO HAJA ACORDO COM O SENADO

Presidente da Câmara se reuniu com líderes da Casa nesta segunda-feira. Câmara vive impasse com o Congresso em torno do modo como devem tramitar as medidas provisórias.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu nesta segunda-feira (27) que as comissões mistas destinadas a analisar medidas provisórias tenham mais deputados em sua composição e tenham um prazo para fazer a análise. Caso o Senado não aceite essa sugestão, Lira cita uma alternativa excepcional, sugerida pelo governo, para destravar a tramitação de MPs.

O presidente da Câmara falou com a imprensa após uma reunião com líderes da Casa.

O Congresso vive um impasse em relação ao rito das medidas provisórias. Lira e a Câmara defendem um modelo adotado na pandemia, quando a mobilidade e as sessões presenciais foram reduzidas.

Nesse modelo, toda medida provisória enviada pelo governo começa a tramitar pela Câmara.

Só que a Constituição determina que medidas provisórias sejam inicialmente analisadas por comissões mistas, formadas por deputados e senadores.

A avaliação no Senado é que o modelo atual dá mais poder à Câmara. O presidente do Senado e do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), quer estabelecer o funcionamento pré-pandemia. Mas Lira e os deputados têm feito exigências para ceder.

"A única possibilidade de a Câmara admitir negociar, aceitar uma comissão mista, é que ela cumpra o rito de outras comissões temáticas cumprem. Por exemplo, na CMO [Comissão de Orçamento] são 30 deputados e 10 senadores", disse Lira, defendendo mais deputados nas comissões mistas. Hoje são 12, mesmo número de senadores.

Lira também quer que as comissões mistas tenham prazo para analisar as MPs, diferente do que acontece hoje. Se o prazo não fosse cumprido, a medida iniciaria a tramitação pela Câmara.

Caso o Senado não aceite os termos do acordo de Lira, o presidente da Câmara diz que o governo ofereceu uma alternativa excepcional: que ao menos três medidas provisórias sejam votadas nos moldes pré-pandemia, ou seja, com comissão mista. A Câmara, segundo Lira, aceita essa solução.

"Não havendo acordo [com o Senado], o governo fez um apelo à Câmara dos Deputados, e deve fazer também ao Senado Federal, de que três ou quatro MPs essenciais -- como Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida, e a de organização dos ministérios -- nós abramos uma exceção e indiquemos os líderes para compor essas comissões [mistas]", disse.

O restante das MPs, na proposta do governo, deveria ser reenviado pelo governo na forma de projeto de lei. E a Câmara se comprometeria a votar dentro de 4 meses, o prazo pelo qual uma MP vigora antes de ser aprovada ou rejeitada.

UMA PROFESSORA MORRE E TRÊS FICAM FERIDAS EM ATA-QUE A ESCOLA ESTADUAL EM SP; ALUNO TAMBÉM SE FERIU

Crime ocorreu na manhã desta segunda-feira (27) na E.E. Thomazia Montoro, na Vila Sônia. PM afirma que agressor, um aluno da escola, foi contido e apreendido, e as vítimas, socorridas a hospitais da região.

Quatro professoras e um aluno foram esfaqueados na manhã desta segunda-feira (27) dentro da Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, Zona Oeste da capital paulista, na hora da chamada. Uma das professoras, Elisabete Tenreiro, de 71 anos, teve uma parada cardíaca e morreu no Hospital Universitário da USP.

O agressor, um aluno de 13 anos do oitavo ano na escola, foi desarmado por professoras, apreendido por policiais e levado para o 34° DP, onde o caso foi registrado. O vídeo acima mostra o momento em que ele foi desarmado por duas professoras.

Inicialmente, a polícia havia informado que dois alunos tinham sido atingidos. Um deles, porém, foi socorrido em estado de choque, mas sem ferimentos. A outra criança ferida sofreu um corte no braço e foi levada a um hospital da região. Segundo a mãe de outro aluno, ele tentou salvar uma das professoras e ficou ferido superficialmente.

As vítimas foram levadas para os hospitais das Clínicas, Bandeirantes, Universitário e São Luís.

Em nota, a Secretaria de Estado da Saúde informou que a professora Ana Célia da Rosa seguia internada em observação no Hospital das Clínicas, após ter passado por cirurgia no início da tarde desta segunda para sutura dos ferimentos e está estável.

Com relação as demais vítimas, dois alunos que foram atendidos no Hospital Bandeirantes já tiveram alta. Outras duas professoras que receberam atendimento no Hospital Universitário da USP (HU) e no São Luiz tiveram ferimentos superficiais e também tiveram alta.

O governo paulista decretou luto de três dias pela morte da professora.

O coordenador de comunicação da Fundação Casa informou que o menor já está no Centro de Integração Inicial da Fundação casa e nesta terça (28) passará pela audiência na Vara de Infância e Juventude.

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) postou mensagem nas redes sociais sobre o ataque. "Transmito meus sentimentos e orações à família da professora Elisabete Tenreiro, aos feridos e a toda a comunidade da Escola Estadual Thomazia Montoro, em São Paulo, atingida por uma lamentável ocorrência", disse.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos) que cumpre agenda fora do país, lamentou por meio das redes sociais "Não tenho palavras para expressar a minha tristeza", escreveu ele. À colunista do g1 Andreia Sadi, Tarcísio disse que estuda colocar policiais em escolas de forma permanente.

O prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), também lamentou o ataque. "Uma tragédia que nos deixa sem palavras", disse.

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, se solidarizou com as famílias e disse que vai trabalhar pela segurança nas escolas. "Vamos trabalhar para que as escolas sejam lugares seguros para crianças, jovens e toda a comunidade escolar", afirmou em rede social.

Na porta da escola, pais relataram à reportagem da TV Globo que agressões físicas entre os alunos são constantes na escola.

BRECHA NA LEI AMPLIA ATUAÇÃO DA ABIN PARA ESPIONA-GEM, DIZEM ESPECIALISTAS

Órgão utilizou um sistema secreto para monitorar a localização de até 10 mil usuários de celulares a cada 12 meses nos três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (PL)

A Agência Brasileira de Inteligência (Abin) utilizou um sistema secreto para monitorar até 10 mil proprietários de celulares a cada doze meses durante os três primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro (PL).

A ferramenta solicitava que fosse digitado o número do contato e, a partir disso, era possível acompanhar a localização do usuário do aparelho. A informação veio a público na última quarta-feira (14) e tem gerado questionamentos sobre os limites da atuação legal da Abin.

Para entender se a Agência pode monitorar cidadãos, além das possíveis consequências de uma investigação sobre o caso, a CNN conversou com o presidente da Associação Internacional para Estudos de Segurança e Inteligência (Inasis), Denilson Feitoza, e com o especialista em direito digital e coordenador do curso de Direito da ESPM, Marcelo Crespo.

Feitoza explicou que a inteligência de Estado praticada pela Abin serve para "monitorar fatos ou situações com a finalidade de fornecer subsídios ao presidente da República nos assuntos de interesse nacional. Especialmente no caso da segurança do Estado. Não é o cidadão em si que é monitorado, mas o fato ou situação".

Crespo ainda acrescentou que a Abin não é um órgão policial, tampouco tem função investigativa.

"Não é um órgão de investigação sobre ilícitos, sobre pensamentos políticos, sobre ideologia, ou sobre qualquer outra questão que possa levar à investigação individual de uma pessoa. A inteligência é conhecer o que está acontecendo, não significa investigar as pessoas", complementou o advogado.

O programa chamado "FirstMile" permitia que fosse rastreado o paradeiro de alguém com os dados que eram transferidos do celular para torres de telecomunicações instaladas em diferentes regiões.

Com essas informações, era possível ver o histórico de deslocamentos e criar "alertas em tempo real" de movimentações em diferentes endereços.

Procurada pela CNN, a Abin explicou que "o contrato 567/2018, de caráter sigiloso, teve início em 26 de dezembro de 2018 e foi encerrado em 8 de maio de 2021". Desde 2021, o sistema desenvolvido pela empresa israelense Cognyte (ex-Verint) não está mais em uso.

Marcelo Crespo ressaltou que, "em tese, a Abin poderia fazer uso dessa ferramenta para monitorar ameaças internas ou externas à ordem constitucional". Mesmo assim, o uso teria que ser pontual, com uma estratégia documentada e com o parecer da assessoria jurídica do órgão.

O especialista em direito digital explicou que a legislação que regula a estrutura da Agência deixa uma certa "abertura" para o que pode ser considerado ameaça interna ou externa, mas que isso não seria o suficiente para justificar o monitoramento de milhares de pessoas.

Denilson Feitoza defendeu uma regulamentação das ações de busca de informação e de operações de inteligência, mas reforçou que a legislação já trata desse assunto.

"A Constituição da República no Brasil somente permite a violação legal das comunicações telefônicas e de dados quando se trata de uma investigação criminal ou instrução penal, e mesmo assim depende de autorização judicial."

Para Feitoza, os limites da Abin e de qualquer órgão que possa praticar atividade de inteligência de Estado não estão bem definidos na lei, que ele considera "genérica" demais. Para ele, a falta de detalhamento na lei também faz com que a inteligência fique enfraquecida.

"Direitos fundamentais de um lado e inteligência de Estado de outro são coisas absolutamente compatíveis, mas necessita de uma legislação adequada", disse o presidente da Inasis.

Investigação e possível crime

Ambos acreditam que uma investigação sobre o caso deve ser capaz de apontar o que foi feito de forma legal ou ilegal. Os registros de quais agentes acessaram a ferramenta e o que fizeram com ela não podem ser apagados, o que permite auditagem.

O Ministério Público de Contas fez um pedido por meio do procurador Lucas Rocha Furtado para que o Tribunal de Contas da União (TCU) apure o caso. O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, também afirmou que a Polícia Federal (PF) vai investigar a situação.

Tanto Crespo como Feitoza concordam que, para falar em possíveis punições, primeiro é preciso entender o que ocorreu exatamente.

"A aquisição da ferramenta e a utilização por si só não configuram um crime. Mas a gente pode ter um desvio de finalidade, um desvio de função, uma infração ética e administrativa de funcionários da Abin que atuaram na época". Os servidores públicos poderiam sofrer punições administrativas ou até demissão.

No entanto, se for verificado que ocorreu algum crime, as punições seriam de acordo com a lei. Por isso, é preciso avaliar como as informações foram coletadas e o que foi feito com esses dados para poder distinguir qual crime teria sido cometido.

Denilson Feitoza ainda destacou o artigo 4 da Lei Geral de Proteção de Dados, "que estabelece que o Estado, mesmo atuando em segurança pública, defesa nacional, ou atividades de investigação e repressão de infrações penais, deve observar os princípios de proteção de dados pessoais".

"A única maneira de determinar a legalidade ou não dessa ferramenta seria por meio dos órgãos de controle", disse Feitoza.

A fiscalização e controle da Agência Brasileira de Inteligência são feitos pela Comissão Mista de Controle da Atividade de Inteligência (CCAI) do Congresso Nacional. Além dela, o Ministério Público Federal (MPF), a Polícia Federal, o Tribunal de Contas da União, e o Ministério Público de Contas também são órgãos de controle.

Crespo também disse que é preciso verificar se outras autoridades públicas tinham conhecimento do que estava sendo feito, pois elas estariam envolvidas também.

Na última quinta-feira (16), a Comissão de Relações Exteriores do Senado aprovou requerimento que pede informações do ministro da Casa Civil, Rui Costa, e do diretor-adjunto Abin, Alessandro Moretti, sobre um programa secreto da agência de monitoramento ilegal da localização de pessoas através do celular.

O presidente da comissão, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), disse que um dos problemas da Abin seria ainda guardar resquícios de visões de mundo que remetem ao período da ditadura militar. O senador lamenta que parte da atividade se dê de forma "semiclandestina", e que também é preciso averiguar as falhas da Abin no descontrole que gerou as invasões às sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro.

Outra comissão do Senado também se movimenta sobre o assunto. A Comissão de Segurança Pública analisará na terça-feira (21) requerimento para que o ex-diretor da Abin e atual deputado federal Delegado Ramagem (PL-RJ) prestem esclarecimentos sobre o uso de um sistema secreto de monitoramento de pessoas pelo órgão de inteligência durante o governo Bolsonaro.

DO PCC AO SINDICATO: A HISTÓRIA DA FACÇÃO QUE PROMO-VE ATAQUES NO RN

Apontada como responsável pelos ataques no RN, a facção Sindicato do Crime (SDC) é dissidente do Primeiro Comando da Capital (PCC)

São Paulo — É madrugada, o grupo está pronto para escapar da Penitenciária do Pitimbu (RN), mas dois presos começam a brigar. Nome respeitado no mundo do crime, Lindemberg de Melo e Souza, o Berg Neguinho, puxa a faca, ataca o colega e acaba jurado de morte pela cúpula do Primeiro Comando da Capital (PCC).

O episódio aconteceu em 2009 e seus desdobramentos dariam origem, anos depois, ao Sindicato do Crime (SDC), facção criminosa rival do PCC que é apontada como responsável pela série de ataques contra órgãos públicos, delegacias e ônibus no Rio Grande do Norte.

Após a tentativa frustrada de fuga, Berg Neguinho foi transferido para o pavilhão 2 da Penitenciária de Alcaçuz, na região metropolitana de Natal. Em fevereiro de 2013, presos ligados ao PCC invadiram sua cela e, enquanto ele dormia, o executaram a facadas.

A regra do PCC era clara: "Sangue é cobrado com sangue". O assassinato de Berg Neguinho, no entanto, causou revolta da massa carcerária contra o "Comando Paulista", como os detentos potiguares se referiam ao PCC, até então hegemônico no Rio Grande do Norte.

Fundado em março de 2013, o Sindicato do Crime adaptou o lema dos paulistas: "O certo pelo certo e o errado será cobrado". Por discordarem da cúpula, até antigos membros do PCC no estado "rasgaram a camisa", gíria usada para os dissidentes, e aderiram à nova facção.

Da "malandragem" ao PCC

Um estudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), realizado pela antropóloga Natália Firmino Amarante, em 2019, liga o assaltante de banco Jackson Jussier, o Monstro, à chegada do PCC ao estado, no início dos anos 2000.

Até então, a criminalidade potiguar era regida pela lógica da "malandragem" – sem grupos organizados ou estatutos do crime. Com a liderança de Monstro, o PCC dominou os presídios do estado e marcou posição nas ruas de Natal, a partir de 2006.

Para a facção, o Rio Grande do Norte é visto como uma base estratégica. Além de expandir sua influência para fora de São Paulo, o PCC se beneficia da proximidade da costa potiguar em relação à Europa e à África, que favorece o tráfico internacional de drogas.

A morte de Monstro, durante um tiroteio com a polícia em 2011, é um divisor de águas para o PCC na região. Sem outras lideranças locais de relevância, decisões do "Comando Paulista" passaram a ser contestadas e o vácuo de poder abriu espaço para o surgimento do SDC.

Com estatuto inspirado no PCC, o Sindicato do Crime foi formado para mediar conflitos dentro do sistema prisional do Rio Grande do Norte, reivindicar direitos dos presos e "combater os erros" da facção paulista – como o assassinato de Berg Neguinho, visto como "covardia".

Em pouco tempo, o SDC ganhou relevância. Já em 2014 e 2015, greves de fome e motins foram organizados por suas lideranças.

Inicialmente pacífico, o convívio com o PCC virou disputa por território dentro e fora das cadeias. O episódio mais emblemático da guerra entre as facções é o Massacre de Alcaçuz, em janeiro de 2017, em que 27 presos do SDC foram mortos, decapitados e queimados.

Do PCC ao Sindicato

Apesar do revés no episódio, o Sindicato do Crime se tornou a facção mais forte do estado e controla o sistema prisional potiguar. O grupo tem aliança ideológica com o Comando Vermelho (CV), que nasceu no Rio de Janeiro e também é rival do PCC.

"O SDC habita o imaginário social dos moradores de Natal, principalmente em decorrência de sua rivalidade com o PCC, que ocasiona diariamente assassinatos e reitera, recria novos (e velhos) ciclos de vingança", afirma a antropóloga Natália Firmino Amarante, em seu estudo.

Liderança da facção, José Kemps Pereira de Araújo, o Alicate, de 45 anos, é apontado pelas autoridades como responsável por ordenar os ataques recentes no Rio Grande do Norte. Na semana passada, ele foi transferido para o presídio federal de Mossoró (RN), unidade de segurança máxima.

O motivo dos ataques estaria relacionado a reivindicações dos presos no sistema – como acesso à televisão ou direito à visita íntima, interrompidos desde o Massacre de Alcaçuz, em 2017.

Atribuída ao SDC, a suposta ordem para os ataques chegou até a circular no WhatsApp de autoridades de segurança. "A população carcerária do estado do RN vem passando por opressões, humilhação, desrespeito", diz o texto. "Chegou a hora de darmos a resposta em cima de todo esse sofrimento".

ENTENDA O QUE É O ARCABOUÇO FISCAL E QUAL A SUA IM-PORTÂNCIA

As novas regras trazem mais flexibilidade na gestão das contas públicas. Entenda o que muda na economia

O tão esperado arcabouço fiscal veio em substituição ao regime de teto de gastos, vigente desde o governo Temer até o início do terceiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A palavra arcabouço, que significa "esqueleto" ou "alicerce", remete à sustentação de normas que darão norte à atuação, nesse caso, da política fiscal brasileira. O anúncio dessas regras foi feito no dia 30 de março pelo atual Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em coletiva de imprensa, junto com a Ministra do Planejamento, Simone Tebet.

Mas afinal, como o arcabouço fiscal funcionará na prática, e quais os seus reflexos para a economia? Isso afetará de alguma forma os investimentos? Para responder a essas e outras perguntas, o InfoMoney elaborou este guia com os principais aspectos que você precisa conhecer sobre o tema. Portanto, se você também tem dúvidas e quer entender quais os efeitos das novas normas fiscais, continue a leitura a seguir!

O que é arcabouço fiscal?

Na prática, o arcabouço fiscal é um conjunto de regras que têm como objetivo evitar o descontrole das contas públicas. Em outras palavras, a ideia é evitar que o governo gaste mais do que arrecada, o que traria mais previsibilidade às finanças públicas e mais confiança por parte de credores, investidores e agentes econômicos de forma geral.

Teoricamente, com um cenário fiscal mais seguro, haveria espaço para uma queda da taxa Selic. Na economia, juros altos por um período muito prolongado de tempo acabam sendo nocivos à atividade produtiva. Isso porque o dinheiro mais caro impacta negativamente a atividade empresarial, o que pode gerar redução de renda, desemprego, e levar o país a uma recessão em determinadas situações.

Qual a relação do arcabouço fiscal com a dívida pública?

Como vimos, o propósito do arcabouço fiscal é estabelecer formas de controle da dívida pública.

Imagine que os gastos de um país cresçam em uma proporção superior ao PIB (Produto Interno Bruto), e que o governo não dê nenhuma sinalização de que possam ser controlados. Nesse caso, a tendência é de que as finanças públicas passem a despertar insegurança frente aos credores, pois quando se gasta acima da geração de riqueza, teoricamente o risco de calote é maior. Logo, nessa situação, os juros acabam subindo, justamente para compensar o risco de emprestar dinheiro para um governo muito endividado.

No entanto, juros altos encarecem o crédito, o que arrefece a disposição de se investir no setor produtivo do país. Com isso, a moeda local tende a se desvalorizar, o que pode agravar a inflação e, consequentemente, prejudicar o crescimento da economia e o poder aquisitivo da população.

Ou seja, gastos públicos sob controle auxiliam a manter a confiança nos rumos da atividade econômica. No entanto, quando se fala em finanças públicas, há economistas que defendem o aspecto anticíclico da economia, o qual veremos agora.

Política econômica anticíclica

Na economia, um movimento anticíclico, como o próprio nome sugere, significa atuar de forma contrária a um ciclo econômico, para que eventuais desequilíbrios possam ser impedidos ou corrigidos.

Por exemplo, em períodos de prosperidade, com bons níveis de emprego e renda, é natural que haja um aumento na disposição para o consumo. Esse crescimento da demanda leva as empresas a produzirem mais, e, consequentemente, a aumentarem as suas receitas e resultados.

Nessas horas, o governo pode aproveitar a fase de "vacas gordas" para aumentar a carga tributária e fazer uma reserva para períodos que, eventualmente, se mostrem menos aquecidos.

Agora imagine a situação contrária, de atividade desaquecida, retração no consumo e desemprego, por exemplo. É nesse momento que entra a política econômica anticíclica, que permite ao governo gastar mais com estímulos para impulsionar a economia, mantendo o fluxo de bens e dinheiro em circulação.

Ou seja, as reservas feitas no ciclo de expansão serão consumidas quando a população e as empresas precisarem de uma força extra. Conhecer esse caráter anticíclico é importante para entender as mudanças que o novo arcabouço fiscal trouxe em relação ao teto de gastos, conforme veremos a seguir.

Como funciona o novo arcabouço fiscal?

Basicamente, as novas regras fiscais irão atuar em quatro pontos básicos:

1 – Crescimento das despesas atrelado ao aumento das receitas

No antigo teto de gastos, o aumento das despesas públicas de um ano estava condicionado à evolução do IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). Isso significa que o governo só podia gastar o equivalente à inflação medida no ano anterior.

Já o novo arcabouço fiscal prevê que o aumento de gastos acompanhe a evolução das receitas públicas, até o limite de 70%. Por exemplo, se de um ano para o outro a arrecadação crescer 2%, o governo só poderá gastar 1,4% a mais.

Para chegar no valor que pode gastar no próximo ano, o governo usa como base as receitas primárias líquidas dos últimos 12 meses até junho do ano corrente. Por sua vez, as receitas primárias líquidas (ou não financeiras) são aquelas originadas de tributos, transferências recebidas de outros entes públicos e royalties, por exemplo, deduzidas das transferências obrigatórias a determinados entes.

"Com as regras anteriores, em períodos de recessão era preciso cortar tanto os gastos que isso prejudicava o movimento de recuperação da economia. Os exemplos são muitos, basta ver a quantidade de obras públicas inacabadas que ainda temos. Ou seja, tínhamos um problema tanto na expansão quanto na retração econômica", explicou Haddad no anúncio do novo arcabouço fiscal.

Para o ministro, fazer as despesas acompanharem a trajetória da receita trará uma trajetória consistente de resultado primário. "Isso amplia o espaço para dar sustentabilidade às contas públicas, mas sem rigidez absoluta, pois as demandas sociais estão aí e precisam ser atendidas, de maneira responsável", complementou.

Ficam de fora dessa regra os gastos com saúde e educação, que sofreram drásticas reduções nos últimos anos. Essas despesas voltarão a ser reajustadas pelas regras anteriores ao teto de gastos, que previa crescimento de 15% da receita líquida para a saúde, e de 18% para a educação. Inclusive, o fundo da educação básica (Fundeb) e o piso da enfermagem, que já foram aprovados pelo Congresso, também estão de fora das novas normas fiscais.

2 - Existe um teto e um piso para o aumento das despesas

O aumento real das despesas (descontada a inflação) ficará dentro de uma banda que vai de 0,6% a 2,5%, já prevendo um teto e um piso para determinadas situações.

Por exemplo: suponha que, de um ano para outro, o crescimento da receita primária líquida seja de 5%. Pelo cálculo dos 70%, seria permitido ao governo aumentar as despesas em 3,5% (ou seja, 70% de 5%). Porém, o teto do aumento deverá respeitar os 2,5%, justamente para que se possa formar uma reserva para períodos de maior contração na economia.

Por outro lado, se as receitas não crescerem, ou evoluírem de forma pouco expressiva nos 12 meses de referência, pode-se aumentar os gastos públicos em 0,6%. Dessa forma, segundo Haddad, o governo evita situações de rigidez no orçamento, nas quais não consegue lidar com excepcionalidades.

Quanto ao piso de 0,6%, o ministro informou que o percentual foi estabelecido em função de um "crescimento vegetativo" verificado desde a promulgação do antigo teto de gastos. Já em relação ao teto de 2,5%, afirma que a limitação é importante porque esse é justamente o colchão que o governo precisa ter para as fases ruins.

"Isso evita que o Estado se desorganize, sobretudo quando está envolvido o direito do cidadão aos serviços constitucionalmente estabelecidos. Dessa forma, há mais segurança não só para o empresário que quer investir, mas também para as famílias que precisam do apoio do governo", explica Haddad.

3 – Se a meta não for alcançada, a despesa deverá reduzir mais no ano seguinte

O novo arcabouço fiscal também contempla o compromisso de reduzir o atual déficit fiscal, que é quando as despesas superam as receitas. De acordo com o governo, a proposta visa zerar esse déficit até 2024 e, a partir de 2025, alcançar um superávit fiscal de 0,5% do PIB, obedecendo uma banda de 0,25% para cima e para baixo.

Ou seja, o superávit fiscal deverá ficar entre 0,25% e 0,75% do PIB a partir de 2025. Se isso não acontecer, para o ano seguinte as despesas só poderão aumentar em 50% sobre o crescimento da receita, e não mais 70%.

Antes das novas regras fiscais, a meta de superávit primário era um valor fixo, o que, na opinião de Haddad, não fazia muito sentido. "Você não crava um número e sai correndo atrás dele com dois dígitos depois da vírgula, como se fazia no Brasil. Em vez disso, acompanha-se uma trajetória, e se as metas não forem atingidas e ficarem aquém da banda, há mecanismos de correção para o ano seguinte", explicou o ministro.

Piso para os investimentos, com flexibilidade caso as receitas cresçam acima do esperado

A proposta também contempla um piso de cerca de R\$ 75 bilhões, corrigidos pela inflação de cada ano, para investimentos. Caso haja uma sobra de recursos superior à banda que vimos anteriormente, esse excedente pode ser utilizado pelo governo para novos investimentos em obras voltadas à população.

Haverá aumento de impostos?

No comunicado à imprensa, Haddad deixou claro que a prioridade do governo não é o corte de gastos, mas sim o aumento da arrecadação tributária. No entanto, afirmou que novos impostos ou majoração de alíquotas dos já existentes não estão no horizonte do governo.

"Não estamos pensando em CPMF, em acabar com o Simples, ou em reonerar folha de pagamento. O que ocorre é que temos muitos setores que foram demasiadamente favorecidos com regras estabelecidas ao longo de décadas, e que não foram revistas por nenhum controle de resultado. Muitas dessas regras caducaram do ponto de vista de eficiência e precisam ser revogadas. Ao longo do ano, nós encaminharemos as medidas saneadoras que darão consistência ao resultado previsto neste anúncio", pontuou Haddad.

Ainda não há uma definição clara de quais setores são esses. Nos últimos tempos, um dos que entrou na mira da regulamentação foi o de apostas eletrônicas, o que, consequentemente, o incluiria na base tributária.

Outra medida prevista pelo governo é a mudança na tributação de fundos exclusivos de investidores. Há tempos, a Receita Federal defende essa mudança, que já teve algumas tentativas frustradas em governos anteriores.

"Se quem não paga impostos começar a pagar, todos nós pagaremos menos juros. Mas, para que isso aconteça, quem está fora do sistema tributário precisa vir para dentro dele", afirmou o ministro da Fazenda.

Quando começam a valer as novas regras fiscais?

Na coletiva de 30 de março, Haddad disse que ainda era preciso concluir o texto do novo arcabouço fiscal. Mas a expectativa é de que o projeto seja encaminhado ao Congresso ainda nos primeiros dias de abril.

A princípio, a matéria deve começar a tramitar como um projeto de lei complementar na Câmara dos Deputados, que necessita de aprovação por maioria absoluta. Isso corresponde ao voto favorável de 41 senadores e 257 deputados federais.

Em relação ao prazo, não existe uma data certa para a votação do texto. Segundo o senador Humberto Costa (PT-PE), pelo fato de a proposta ter sido bem aceita até mesmo pela oposição, a expectativa é de uma tramitação rápida. Nesse sentido, o líder da oposição no Senado, Rogério Marinho (PL-RN), afirmou que "o espírito na Casa é de colaboração".

Existe também a possibilidade de o plenário aprovar a tramitação do projeto em regime de urgência, o que depende de um acordo entre as lideranças. Ou mesmo o presidente Lula pode solicitar urgência e, nesse caso, a proposta deverá ser votada em 45 dias. Caso contrário, passaria a bloquear a pauta da Câmara ou do Senado, dependendo de onde estivesse no final desse prazo.

Depois de a Câmara avaliar um projeto de lei complementar, ele vai para apreciação do Senado. Se não houver nenhuma mudança, o texto segue para sanção do presidente da República.

Porém, se os senadores modificarem o texto, é preciso que o projeto retorne à Câmara para que os deputados avaliem se concordam ou não com as alterações. Nesse caso, somente depois de uma nova votação é que o projeto é encaminhado para sanção do chefe do Executivo.

Quais investimentos podem ser afetados por mudanças no arcabouço fiscal?

Em relação ao mercado de capitais, Gabriel Maksoud, CEO da DOM Investimentos, acredita que as novas regras fiscais poderiam favorecer primeiramente as ações ligadas ao varejo, construção civil e outras associadas à economia doméstica.

Isso porque, com as expectativas de inflação ancoradas, é provável que o dólar caia e a inflação projetada fique mais próxima da meta. "Dessa forma, o Banco Central poderia começar a baixar os juros, o que impactaria positivamente o mercado como um todo", avalia.

Fernando Siqueira, head de Research da Guide Investimentos, também concorda com essa projeção. "Desde as eleições, já se falava em possíveis benefícios para o consumo de primeira necessidade, construção focada em baixa renda e talvez empresas de educação com a vitória de Lula, exatamente nessa ordem", observa.

Segundo ele, o que está mais claro até o momento por parte do governo é o foco no Bolsa Família. Já o programa Minha Casa, Minha Vida ficaria em segundo lugar em termos de prioridade e, por fim, o aumento de gastos contemplaria o Fies, programa de financiamento ao estudante do ensino superior.

"Mesmo que não se saiba ao certo quais as áreas privilegiadas pelo atual governo, o fato é que o arcabouço fiscal dá mais conforto ao Banco Central em relação ao equilíbrio das contas públicas. Isso libera a entidade para começar a reduzir os juros, o que achamos que acontecerá ainda este ano", avalia Sigueira.

Para o head da Guide, a bolsa como um todo seria beneficiada pela queda dos juros, mas especialmente as small caps. Por necessitarem de investimentos constantes, essas empresas costumam ser as mais endividadas, o que prejudica o seu resultado em momentos de custo do dinheiro mais alto.

Outro fator que beneficia essas empresas com a Selic mais baixa é o fato de elas serem quase que totalmente à economia brasileira. No caso do Ibovespa, cerca de 40% do peso está em commodities, ou seja, em empresas voltadas majoritariamente para o mercado externo.

"Isso não reflete as das small caps, que atuam basicamente na economia doméstica, como varejo, shoppings, logística e demais setores que se beneficiam de um mercado interno aquecido. Ou seja, os juros baixos ajudam as empresas de crescimento nas duas pontas: no custo de captação e no aquecimento do mercado", observa Sigueira.

NOVA VACINA CONTRA DENGUE APROVADA NO BRASIL RE-PRESENTA O FIM DE EPIDEMIA HISTÓRICA?

Muito provavelmente, 2023 vai ficar marcado como o ano em que saíram as piores e as melhores notícias sobre a dengue até o momento.

Por um lado, o Brasil registra o surto mais mortal da doença desde que os dados começaram a ser compilados. Em 2022, foram 1.017 mortes por dengue no país, um recorde histórico. E os óbitos permanecem elevados nos primeiros meses deste ano.

Por outro, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou uma nova vacina contra a dengue, que pode ser usada em indivíduos de 4 a 60 anos e mostrou uma eficácia de 80,2%, além de 90,4% de proteção contra hospitalizações.

Mas será que o imunizante representará o ponto final dessa epidemia histórica que assola o Brasil há décadas e parece não ter fim?

Segundo especialistas ouvidos pela BBC News Brasil, a vacina representa de fato uma nova fase no combate à dengue, mas o controle do vírus transmitido pelo mosquito Aedes aegypti continuará a depender de uma série de estratégias combinadas na saúde pública.

Que vacina é essa?

Antes de entrarmos nos detalhes do novo produto, é preciso fazer uma breve explicação: o vírus da dengue possui quatro sorotipos diferentes, conhecidos pelas siglas Denv-1, Denv-2, Denv-3 e Denv-4.

Na prática, isso significa que uma pessoa pode ser infectada com esse patógeno até quatro vezes na vida.

A nova vacina, testada e produzida pela farmacêutica japonesa Takeda, é tetravalente — ou seja, resguarda contra esses quatro sorotipos.

Ela é feita a partir da tecnologia quimérica, em que os cientistas usam a estrutura do Denv-2 como uma espécie "esqueleto", sobre o qual são inseridas as informações genéticas das quatro versões do vírus da dengue.

As doses trazem esse vírus vivo atenuado, que é reconhecido pelas células de defesa e gera uma resposta imune capaz de proteger contra o patógeno de verdade.

O esquema vacinal contempla duas doses, que são aplicadas com um intervalo de três meses entre elas.

"A nossa vacina foi aprovada pela Anvisa no dia 2 de março para indivíduos de 4 a 60 anos de idade, e pode ser usada em todos, independentemente se eles tiveram algum contato prévio com o vírus da dengue ou não", resume a médica Vivian Lee, diretora executiva de Medical Affairs da Takeda no Brasil.

E essa questão da exposição prévia ao vírus citado pela especialista é bem relevante. Isso porque, em 2015, várias agências regulatórias do mundo (incluindo a Anvisa) aprovaram a Dengvaxia, um imunizante contra a dengue desenvolvido pela farmacêutica Sanofi.

Acontece que, após algum tempo de uso, descobriu-se que esse imunizante poderia aumentar o risco de dengue grave em indivíduos que não haviam sido afetados por esse patógeno antes da vacinação.

Com isso, essas doses passaram a ser indicadas apenas para aquelas pessoas com histórico de dengue — assim, elas estariam mais protegidas caso fossem picadas pelo Aedes aegypti uma segunda, terceira ou quarta vez.

Mas, na prática, todas essas barreiras dificultaram o uso da Dengvaxia na saúde pública. Afinal, antes de aplicar o produto, é necessário fazer um exame de sangue para comprovar se o sujeito tem anticorpos contra algum sorotipo da dengue.

"Essa vacina aprovada anteriormente tem muitas limitações. Além da necessidade de um teste prévio, ela precisa de três doses, com um intervalo de seis meses, para oferecer proteção. Diante de tudo isso, nunca houve uma perspectiva de uso dela na saúde pública", avalia o médico Renato Kfouri, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm).

O que dizem estudos recentes

Mas essa experiência prévia serviu de aprendizado. Desde o episódio da Dengvaxia, a Organização Mundial da Saúde (OMS) passou a sugerir que os estudos de novas vacinas contra a dengue tivessem uma duração ampliada, de três ou quatro anos, justamente para flagrar possíveis efeitos colaterais que não aparecem em testes mais curtos, que duram alguns meses.

E foi exatamente isso o que aconteceu com a Qdenga, a vacina da Takeda: antes de receber o sinal verde das agências regulatórias, ela foi avaliada em 19 testes clínicos, que envolveram mais de 28 mil voluntários espalhados por várias partes do mundo (incluindo o Brasil).

Um dos estudos mais importantes dessa leva foi apelidado de Tides. Neste trabalho específico, os responsáveis pelo imunizante acompanharam mais de 20 mil vacinados durante quatro anos e meio.

Os resultados do Tides apontam que a Qdenga preveniu 80,2% dos casos de dengue sintomática após 12 meses da vacinação e evitou 90,4% das hospitalizações 18 meses após a aplicação das duas doses.

Na análise final, quando se completaram os quatro anos e meio de acompanhamento, o efeito das doses caiu um pouco: a eficácia contra casos sintomáticos baixou para 61% e contra hospitalizações ficou em 84%.

"Essa redução era esperada e, mesmo assim, a proteção se manteve num bom nível, mesmo com o passar dos anos", aponta Lee.

Durante esse período de análise, também não foram observados riscos maiores de complicações por dengue entre os voluntários, mesmo naqueles que nunca tiveram a doença.

Vale destacar, porém, que a eficácia variou de acordo com o sorotipo do vírus. Ela foi maior para o Denv-1 (69,8%) e o Denv-2 (95,1%) e menor para o Denv-3 (48,9%) — não foram observados casos suficientes de Denv-4 para estabelecer um resultado de eficácia significativo.

Segundo Lee, esse fato é relevante para o Brasil, uma vez que os sorotipos um e dois são os mais frequentes no país.

"O sorotipo três provocou um surto no Brasil há mais de 15 anos. Já o Denv-4 nunca foi observado em larga escala no país ou na América Latina", pontua a médica.

Como vai ser na prática?

Embora a vacina contra a dengue da Takeda tenha sido aprovada no Brasil, isso não quer dizer que ela já está disponível para uso.

Com o "ok" da Anvisa, a próxima etapa envolve a avaliação da Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED), órgão do governo responsável por determinar qual preço será cobrado por cada dose.

Essa etapa costuma demorar cerca de três meses para ser concluída.

Com o valor definido, o imunizante já pode ser vendido no país. "Projetamos que a vacina contra a dengue estará disponível no Brasil a partir do segundo semestre de 2023, inicialmente nas clínicas privadas", projeta Lee.

Mas e na rede pública? Para ser usada no Programa Nacional de Imunizações (PNI), a Qdenga precisará cumprir um terceiro rito: ter uma análise favorável na Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, a Conitec.

Questionado pela BBC News Brasil sobre o assunto, o Ministério da Saúde afirmou em nota que a incorporação da Qdenga no PNI é "uma prioridade".

Sintomas de dengue

Porém, mesmo que todas as etapas em órgãos como Anvisa, CMED e Conitec sejam superadas, há ainda uma grande discussão sobre quais públicos-alvo serão convocados para uma futura campanha de vacinação contra a dengue.

"A princípio, a recomendação seria a de vacinar toda a população para as quais as doses estão aprovadas, o que engloba indivíduos de 4 a 60 anos", diz o médico Alberto Chebabo, presidente da Sociedade Brasileira de Infectologia.

"Caso não tenhamos doses suficientes e precisemos priorizar alguns grupos, será necessário montar uma estratégia."

"A princípio, vacinar os indivíduos com maior risco de complicação, como os mais velhos, pode ser uma boa ideia. Por outro lado, se você inicia pela população infantil, tem um ganho no longo prazo, pois aos poucos cresce a porcentagem da população que estará protegida", complementa o especialista.

Kfouri concorda. "Precisaremos de modelos matemáticos para entender onde obteremos os maiores benefícios", aponta.

"Será que daremos a vacina a toda uma faixa etária? Ou priorizaremos as regiões do país que são tradicionalmente mais atingidas pela dengue?", questiona.

Mortes por dengue no Brasil

Métodos antigos

A dengue é um problema histórico do Brasil. Desde o final do século 19, são registrados surtos da doença no país, sendo que a situação se agravou a partir dos anos 1980, com a expansão desenfreada das cidades — e, por consequência, dos reservatórios de água parada que servem de criadouro para o Aedes aegypti.

Segundo o Ministério da Saúde, foram confirmados 1,4 milhão de casos e mil mortes pela doença somente em 2022. Esse foi o pior ano da epidemia desde o início da série histórica, em 2010.

"A dengue tem um impacto alto em nosso sistema de saúde, muitas vezes com a necessidade de montar estruturas temporárias para atender a grande demanda de casos e internações que aparecem a cada temporada", explica Chebabo.

"Para piorar, a doença vem crescendo pelo país. Os Estados do Sul, que não tinham infecções do tipo, passaram a registrar surtos mais recentemente graças à expansão da área onde o mosquito habita", complementa.

Cadeias de transmissão da dengue

Por ora, as únicas estratégias disponíveis eram as campanhas de conscientização, que orientavam as pessoas a acabar com qualquer reservatório desprotegido de água parada nas casas.

Ações públicas de saneamento básico, manejo de lixões e vaporização de inseticidas (o popular fumacê) também faziam parte da rotina.

"O problema é que todas essas medidas são custosas e difíceis de realizar, principalmente num país como o Brasil, com cidades desestruturadas", avalia Chebabo.

"E vale dizer que essas políticas funcionam mas, toda vez que você fica um tempo sem atuar, os casos e as mortes voltam a subir. É o que estamos vendo agora, em que as estratégias contra a dengue ficaram paralisadas durante a pandemia de covid-19", completa o infectologista.

Será o fim da epidemia?

Mas a prevenção da dengue parece estar entrando numa nova fase em anos mais recentes.

Primeiro, por meio dos métodos que tentam controlar a quantidade de vírus que os mosquitos carregam.

Uma das iniciativas mais promissoras nesse campo é coordenada pelo World Mosquito Program, que faz ações em 12 nações, incluindo o Brasil.

Em nosso país, o programa ocorre em algumas cidades, como Rio de Janeiro e Niterói (RJ), Belo Horizonte (MG), Campo Grande (MS) e Petrolina (PE).

Em resumo, o projeto libera no ambiente centenas ou milhares de Aedes aegypti cultivados em laboratório que carregam a bactéria Wolbachia.

Os cientistas descobriram que a presença desse micro-organismo impede (ou ao menos dificulta) a transmissão do vírus da dengue pelos mosquitos para seres humanos.

"No acompanhamento que fizemos em Niterói desde 2007, vimos uma redução de até 77% nos casos de dengue em áreas que receberam o método Wolbachia", calcula Luciano Moreira, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (FioCruz) e líder do World Mosquito Program no Brasil.

"Esses resultados são corroborados por um estudo randomizado feito na Indonésia, que constatou uma redução de 77% nos casos e de 86% nas hospitalizações por dengue após a liberação dos mosquitos com a Wolbachia", acrescenta o especialista.

Dentro desse contexto de novas tecnologias, não dá pra se esquecer, claro, da vacina contra a dengue recém-aprovada no Brasil.

Para Lee, da Takeda, o imunizante representa a "inauguração de um novo pilar" na forma de lidar com essa doença.

"Isso porque todas as demais estratégias têm o controle do Aedes aegypti como foco. A partir de agora, com a vacina, temos também uma opção voltada às pessoas, para protegê-las diretamente da doença", diferencia a médica.

Além do produto da Takeda, há uma terceira vacina contra a dengue no horizonte, que está em testes no Instituto Butantan, em São Paulo.

Essa candidata está na última etapa de pesquisa, que reúne 16 mil voluntários do Brasil inteiro. Segundo informações preliminares, ela alcançou uma eficácia de 79,6% — os dados completos devem ser publicados em 2024.

Mas será que a vacinação ou o método Wolbachia sozinhos serão capazes de colocar um ponto final na histórica epidemia de dengue?

Segundo os especialistas, a saída para melhorar o controle dessa doença está em combinar todas as estratégias disponíveis.

"A vacinação é uma medida adicional que, para ter um impacto na mortalidade, precisa contemplar uma grande parcela da população", acredita Kfouri.

"As novas tecnologias, como os imunizantes e o método Wolbacchia, vêm para agregar ao rol de ações que fazem parte da nossa rotina contra a dengue. As pessoas ainda precisam ser conscientizadas e saber da importância de cuidar do quintal para evitar os reservatórios de água parada", diz Moreira.

"Todas essas medidas não serão capazes de erradicar de vez a dengue, mas com certeza podem contribuir e muito para a redução significativa dos casos e das mortes", conclui o pesquisador.

BRASIL ESTÁ ABERTO A RECEBER EXPULSOS DA NICARÁGUA, DIZ EMBAIXADOR NA ONU

A declaração foi dada pelo representante do Brasil na ONU, Tovar da Silva Nunes, nesta terça (7/3). Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, expulsou e retirou a nacionalidade de mais de 300 pessoas no último mês

Representante permanente do Brasil na ONU, o embaixador Tovar da Silva Nunes declarou que o Brasil está aberto a receber cidadãos da Nicarágua que perderam sua nacionalidade e foram expulsos do país por decisão do presidente Daniel Ortega. A afirma-

ção foi feita durante reunião do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, Suíça, nesta terça-feira (7/3).

"Reafirmando seu compromisso humanitário com a proteção dos apátridas e com a redução da apatridia, o governo brasileiro se coloca à disposição para acolher as pessoas afetadas por esta decisão, nos termos do estatuto especial previsto na Lei da Migração Brasileira", disse o embaixador.

No mês passado, o governo de Ortega acusou pelo menos 316 cidadãos de "traidores da pátria", revogou suas nacionalidades e os expulsou da Nicarágua. Alguns tiveram ainda seus bens confiscados pelo Estado. Ortega, sua vice, Rosario Murillo, e outras instituições da Nicarágua são acusados pela comunidade internacional de crimes contra a humanidade.

Carta conjunta

A fala do representante brasileiro na ONU ocorre após críticas ao Brasil por não ter assinado carta conjunta de 55 países para denunciar os crimes cometidos pelo presidente nicaraguense. Na avaliação do embaixador, as medidas da comunidade internacional para pressionar Ortega não surtem efeitos políticos e podem acirrar a repressão no país.

"O governo brasileiro acompanha os acontecimentos na Nicarágua com a máxima atenção e se preocupa com os relatos de graves violações dos direitos humanos e restrições ao espaço democrático naquele país. Em particular, execuções sumárias, detenções arbitrárias e tortura contra dissidentes políticos", afirmou Tovar da Silva Nunes. "O Brasil está pronto para explorar formas de abordar essa situação de forma construtiva, em diálogo com o governo na Nicarágua e todos os atores relevantes", completou.

MAIORIA DO STF VOTA PARA DERRUBAR PRISÃO ESPECIAL PARA QUEM TEM CURSO SUPERIOR

Ministros dizem que instrumento representa privilégio. PGR questionou medida por identificar violação da dignidade humana e isonomia; caso é julgado em plenário virtual.

O Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria de votos para derrubar a previsão de prisão especial antes da condenação definitiva para quem tiver diploma de curso superior.

A prisão especial prevista em lei não tem características específicas para as celas – consiste apenas em ficar em local distinto dos presos comuns.

Os ministros julgam, no plenário virtual, uma ação protocolada pela Procuradoria-Geral da República (PGR) em 2015 que questionou o benefício previsto no Código de Processo Penal.

A procuradoria defende que a norma viola a Constituição, ferindo os princípios da dignidade humana e da isonomia.

Ressalvas: nos votos, ministros ressaltaram que presos podem ser separados, inclusive os com diploma de curso superior, para garantir a proteção da integridade física, moral ou psicológica, como prevê a lei.

Os votos dos ministros podem ser inseridos no sistema eletrônico do STF até o fim desta sexta-feira (31).

Entenda os argumentos

Relator do caso, o ministro Alexandre de Moraes concordou que a norma é inconstitucional e fere o princípio da isonomia. Em seu voto, o ministro afirmou que não há justificativa para manter um benefício que, segundo ele, transmite a ideia de que presos comuns não se tornaram pessoas dignas de tratamento especial por parte do Estado.

"A norma impugnada não protege uma categoria de pessoas fragilizadas e merecedoras de tutela, pelo contrário, ela favorece aqueles que já são favorecidos por sua posição socioeconômica."

"Embora a atual realidade brasileira já desautorize a associação entre bacharelado e prestígio político, fato é que a obtenção de título acadêmico ainda é algo inacessível para a maioria da população brasileira", diz Moraes.

Para o ministro, "a extensão da prisão especial a essas pessoas caracteriza verdadeiro privilégio que, em última análise, materializa a desigualdade social e o viés seletivo do direito penal, e malfere preceito fundamental da Constituição que assegura a igualdade entre todos na lei e perante a lei", escreveu.

O voto de Moraes foi seguido por Cármen Lúcia, Rosa Weber, Luiz Edson Fachin, Dias Toffoli e Luís Roberto Barroso.

Fachin afirmou que "condições condignas no cumprimento da pena devem ser estendidas a todos os presos, sem distinção, os quais merecem respeito aos direitos fundamentais".

O ministro disse que o grau de instrução não tem justificativa lógica e constitucionalmente para divisão de presos.

"Não verifico correlação lógica entre grau de escolaridade e separação de presos. Não há nada que informe que presos com grau de instrução menor são mais perigosos ou violentos que presos com grau de escolaridade maior ou viceversa. Nada que diga que inserir no mesmo ambiente presos com graus distintos de escolaridade causará, por si só, maior risco à integridade física ou psíquica desses", escreveu Fachin.

Toffoli argumentou que não há autorização para o poder público garantir tratamento privilegiado para seguimentos da sociedade em detrimento de outros.

"Como dito, a formação acadêmica é condição pessoal que, a priori, não implica majoração ou agravamento do risco ao qual estará submetido o preso cautelar, distinguindo-se, portanto, de outras condições pessoais, a exemplo de integrar o preso as forças de segurança pública, ou a de ter ele exercido atividades profissionais intrínsecas ou intimamente relacionadas ao funcionamento do Sistema de Justiça Criminal», disse-

MUNDO

MERCOSUL E UNIÃO EUROPEIA NEGOCIAM COMPROMISSO AMBIENTAL EM ACORDO COMERCIAL

Nesta semana, negociadores do Mercosul e da União Europeia se encontrarão em Buenos Aires, na Argentina, para discutir compromissos ambientais adicionais ao acordo comercial assinado pelos dois blocos em 2019. A medida é crucial para que o texto seja aprovado pelos países da UE.

Assis Moreira assinalou no Valor que os representantes sul-americanos querem evitar a inclusão de sanções no instrumento adicional, sem criar obrigações legais além daquelas já estabelecidas no texto original. Já os europeus defendem que os compromissos ambientais sejam juridicamente vinculantes.

"Para um observador experiente, prever compromissos juridicamente vinculantes que contemplem a suspensão das concessões equivale a reabrir o acordo birregional, a mudar a natureza do capítulo de desenvolvimento sustentável [do acordo] e a introduzir novas condições para a vigência do instrumento", escreveu.

O acordo Mercosul-UE está travado desde sua assinatura, há quatro anos, exatamente por conta das desconfianças dos países europeus com a política ambiental do então presidente Jair Bolsonaro. O argumento era de que o acordo poderia intensificar o desmatamento no Brasil, especialmente se o governo seguisse leniente como na gestão passada. Países como Áustria, França e Espanha puxaram as críticas e "brecaram" a tramitação do acordo dentro da UE.

Com o novo governo brasileiro, a expectativa é mais positiva. Para o ministro do exterior de Portugal, João Gomes Cravinho, a aprovação do acordo está "próxima" de acontecer. "Não falta muito. Entendo que existe, no Brasil, uma grande vontade de finalizar o acordo e que é preciso ainda algumas afinações", disse o chanceler a Jamil Chade no UOL. "O mais importante é essa vontade, compromisso e ideia política. [O presidente] Lula sublinhou esse compromisso".

ATIVISTA GRETA THUNBERG É DETIDA NA NORUEGA

Ambientalista participava de um ato em Oslo contra a instalação de parques eólicos em terras indígenas no país. É a segunda detenção este ano de Thunberg.

A ativista sueca Greta Thunberg foi detida na manhã desta quarta-feira (1º) em Oslo, na Noruega. Ela participava de um protesto com ativistas indígenas locais contra a instalação de turbinas eólicas em áreas pertencentes ao povo originário Sami.

Thunberg e outros ativistas foram detidos por bloquear uma das portas do Ministério das Finanças norueguês. A polícia informou que a jovem já foi liberada.

Ativistas indígenas e ambientalistas pedem ao governo norueguês a remoção das turbinas eólicas na região de Fosen, onde ficam as terras Sami. Em 2021, a Suprema Corte da Noruega decidiu que os dois parques eólicos construídos na área, no centro da Noruega, violaram os direitos do povo originário sob convenções internacionais.

As turbinas, no entanto, permanecem em operação mais de 16 meses depois da decisão judicial. Por isso, nos últimos dias, manifestantes decidiram bloquear o acesso a vários prédios do governo em Oslo em protesto.

Os Sami habitam a região há milhares de anos. Segundo a Unesco, há hoje cerca de 80 mil deles, que vivem principalmente no norte da Noruega, da Finlândia, da Rússia e da Suécia, mas o grupo vem sendo ameaçado pela expansão de ferrovias, a exploração de madeira e a construção de barragens na região.

Detenção na Alemanha

Em 17 de janeiro, a jovem foi detida durante manifestação contra a demolição de uma vila na Alemanha para a reativação de uma mina de carvão. O governo alemão pretende reativar a mineração na região para compensar a crise de energia causada pela guerra na Ucrânia.

UCRÂNIA USA FOGUETE AMERICANO QUE TEM PRECISÃO DE 150 KMS DE DISTÂNCIA, DIZ RÚSSIA

Os russos afirmaram que derrubaram um foguete GLSDB, fabricado pela Boeing e pela Saab; a fabricante afirma que a precisão dos GLSDB é tão grande que os mísseis podem atingir a roda de um

A Rússia afirmou, nesta terça-feira (28), que abateu um foguete americano de longo alcance GLSDB, um tipo de projétil fabricados pela empresa americana Boeing e pela sueca Saab que tem alcance de até 150 quilômetros e pode atingir posições russas distantes das linhas de frente.

É um projétil de pequeno diâmetro e alta precisão. Em seu site, a Saab afirmou que a precisão dos GLSDB é tão grande que podem atingir a roda de um pneu. A sigla GLSDB significa, em inglês, bomba de pequeno diâmetro lançada a partir do chão.

Os Estados Unidos anunciaram em fevereiro que forneceriam os equipamentos GLSDB para a Ucrânia, depois de a Ucrânia ter sofrido uma onda de ataques que atingiu suas cidades e as construções para abastecimento e a distribuição de água, gás, energia elétrica etc.

No entanto, não foi divulgado um cronograma para as entregas e algumas fontes estimaram que levaria vários meses. Não havia, até o momento, confirmação de que os ucranianos já tinham recebido essas armas.

Foram os russos que afirmaram que derrubaram um foguete GLSDB, além de 18 Himars (veja mais abaixo).

Arma essencial para contraofensiva

A Ucrânia considera que esse tipo de armamento é crucial para uma contraofensiva. O governo ucraniano não forneceu informações sobre o emprego desse tipo de foguete.

Inicialmente, os países ocidentais hesitaram em fornecer sistemas de alcance mais longo à Ucrânia, devido aos temores de que esses armamentos fossem utilizados para atacar o território russo. Os ucranianos prometeram não fazer isso —eles dizem que só vão usar as armas nas regiões da própria Ucrânia que os russos dominaram desde o começo da guerra.

A Ucrânia tem repetido que precisa deste tipo de munição para destruir as linhas de suprimento russas e contrabalançar sua falta de tropas e equipamentos. Isso possibilitaria uma contraofensiva no sul e leste do país.

O avanço com os Himars

Em junho de 2022, o exército ucraniano recebeu um outro tipo de equipamento lançador de foguetes de alta precisão, os Himars, que têm alcance de até 80 quilômetros.

Isso permitiu aos ucranianos atacar as reservas do exército russo e, entre setembro e novembro, os ucranianos conseguiram retomar amplos territórios do sul e nordeste da Ucrânia.

Em resposta aos Himars, os russos levaram suas reservas de munição para mais longe do front.

Tanques

Além das munições, desde o início do conflito, em fevereiro de 2022, a Ucrânia tem insistido em que precisa de centenas de tanques pesados.

Os países ocidentais prometeram enviar tanques de guerra, mas o número de envios parece estar aquém das expectativas dos ucranianos.

Na segunda-feira, o ministro da Defesa da Ucrânia, Oleksiy Reznikov, anunciou ter recebido um arsenal de tanques britânicos Challenger, veículos blindados americanos Stryker e Cougar e veículos alemães Marder.

Guerra indireta

Para a Rússia, o envio de armas ocidentais é uma prova de que os EUA e a Europa estão travando uma guerra indireta contra a Rússia.

Em resposta a essa ajuda, a Rússia anunciou que implantará armas nucleares táticas em Belarus, país vizinho da Ucrânia que emprestou seu território para a invasão russa, embora não participe do combate.

Belarus confirmou, nesta terça-feira, que abrigará armas nucleares táticas, ainda que tenha dito que seu exército não terá controle sobre o arsenal.

Além disso, o Ministério das Relações Exteriores belorrusso afirmou que isso "não contradiz de forma alguma os artigos I e II do Tratado de Não Proliferação Nuclear".

PRIMEIRO-MINISTRO DO JAPÃO FAZ VISITA SURPRESA À UCRÂNIA PARA ENCONTRAR COM ZELENSKY

É o primeiro membro asiático do G7 a visitar a região em conflito

O primeiro-ministro japonês, Fumio Kishida, fará uma viagem surpresa à Ucrânia nesta terça-feira (21) para se encontrar com o presidente ucraniano, Volodymyr Zelensky – um dia depois que o líder chinês Xi Jinping se encontrou com seu colega russo, Vladimir Putin, em Moscou.

Kishida já deixou a Índia, onde se encontrou com o primeiroministro Narendra Modi, e agora está a caminho da Ucrânia, segundo a emissora pública japonesa NHK.

Será a primeira vez que um primeiro-ministro japonês visita um país ou região em conflito desde a Segunda Guerra Mundial, informou a NHK.

Será também a primeira visita à Ucrânia de um membro asiático do grupo G7 e a primeira de um aliado dos Estados Unidos na região.

As duas visitas de Kishida e Xi ressaltam profundas divisões no nordeste da Ásia em relação à guerra na Ucrânia, com o Japão prometendo ajuda substancial para Kiev, enquanto a China continua sendo uma voz solitária apoiando um Putin cada vez mais isolado – agora um pária global e suspeito de ser um criminoso de guerra.

Diante da crescente assertividade e alcance global da China, o Japão e os Estados Unidos se aproximaram nos últimos anos, especialmente na segurança regional e na cooperação de inteligência.

O Japão também é membro do Quad, o grupo informal focado em segurança que inclui Índia, Austrália e Estados Unidos.

Kishida já havia se manifestado com veemência contra a invasão de seu vizinho por Moscou, alertando no ano passado que "a Ucrânia hoje pode ser o Leste Asiático amanhã".

No mês passado, na véspera do aniversário de um ano da invasão, o Japão prometeu US\$ 5,5 bilhões em ajuda humanitária à Ucrânia, quadruplicando as contribuições anteriores de Tóquio.

"A agressão da Rússia contra a Ucrânia não é apenas um assunto europeu, mas um desafio às regras e princípios de toda a comunidade internacional", disse Kishida na época.

Durante sua visita a Nova Délhi na segunda-feira, Kishida anunciou um novo plano para investir US\$ 75 bilhões no Indo-Pacífico, segundo a Reuters — amplamente visto como uma tentativa de aprofundar os laços com países do sul e sudeste da Ásia e combater a influência da China.

OSCAR 2023 CONSAGRA 'TUDO EM TODO O LUGAR AO MES-MO TEMPO'

No Brasil, TNT transmitiu o evento na TV a cabo e a HBO Max, no streaming

O Oscar consagrou, na noite deste domingo (12), 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo', filme também levou sete estatuetas, entre elas, a de Melhor Filme, Melhor Atriz, Melhor Roteiro Original, entre outras.

Neste ano, a transmissão do Oscar para o mercado brasileiro foi feita pelo canal a cabo TNT e pelo streaming HBO Max diretamente do Academy Museum of Motion Pictures, em Los Angeles (EUA).

A apresentação da cobertura foi de Ana Furtado, embaixadora das premiações do TNT, que integra a rede Warner Bros. Discovery. Veja abaixo a lista dos vencedores do Oscar 2023

- Melhor Filme 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
- Melhor atriz Michelle Yeoh 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
 - Melhor ator Brendan Fraser 'A baleia'
- Melhor direção Daniel Kwan e Daniel Scheinert 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
- Melhor montagem 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
- Melhor música original 'Naatuu Naatu', do filme 'RRR', música de M.M. Keeravaani, letra de Chandrabose
 - Melhor som 'Top Gun: Maverick'

- Melhor roteiro adaptado 'Entre mulheres'
- Melhor roteiro original "Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo"
 - Melhores efeitos visuais 'Avatar: O Caminho da Água'
 - Melhor trilha sonora 'Nada de Novo no Front'
 - Melhor design de produção 'Nada de Novo no Front'
- Melhor curta de animação 'The Boy, the Mole, the Fox, and the Horse'
 - Melhor curta documentário 'The Elephant Whisperers'
 - Melhor filme internacional 'Nada de Novo no Front'
 - Melhor figurino 'Pantera Negra: Wakanda para Sempre'
 - Melhor fotografia 'Nada de Novo no Front'
 - Melhor curta live action 'An Irish Goodbye'
 - Melhor documentário 'Navalny'
- Melhor atriz coadjuvante Jamie Lee Curtis 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
- Melhor ator coadjuvante Ke Huy Quan 'Tudo em Todo o Lugar ao Mesmo Tempo'
 - Melhor animação 'Pinóquio por Guillermo del Toro'

PAPA FRANCISCO, POPULAR E QUESTIONADO, COMPLETA 10 ANOS DE PONTIFICADO

Pontífice chega à sua primeira década à frente da Igreja Católica enfrentando resistência das alas mais conservadoras a reformas e tentando manter a popularidade que conquistou rapidamente entre fiéis, em meio a escândalos de abuso sexual.

Na tentativa de equilíbrio entre a popularidade com os fiéis e a resistência feroz das alas conservadoras da Igreja Católica a seu projeto de reformas, o papa Francisco vai completar na segunda-feira (13) uma década de pontificado.

Mesmo que suas reformas não questionem os pilares doutrinários da igreja, o cardeal argentino Jorge Bergoglio mostrou seu desejo de ruptura assim que foi eleito papa, em 13 de março de 2013, ao aparecer na varanda da basílica de São Pedro sem nenhum ornamento litúrgico.

O jesuíta sorridente e de linguajar franco representava um contraste com tímido Bento XVI, que havia renunciado ao cargo.

E provavelmente já tinha em mente seu programa: a reforma da Cúria (o governo da Santa Sé), corroída pela inércia, e o saneamento das duvidosas finanças do Vaticano.

O ex-arcebispo de Buenos Aires, que nunca fez carreira nos corredores de Roma, queria "pastores com cheiro de ovelha" para devolver o dinamismo a uma Igreja cada vez menos presente e superada em muitas regiões pela vitalidade dos cultos evangélicos.

As pregações deste crítico do neoliberalismo destacaram reivindicações por maior justiça social, proteção da natureza e defesa dos migrantes que fogem das guerras e da miséria.

"Acabou com a demonização da homossexualidade, com os debates sobre relações extraconjugais ou sobre contraceptivos (...). Tudo isso saiu da primeira página", declarou à AFP o vaticanista italiano Marco Politi.

'Periferias'

"O papa introduziu na Igreja assuntos centrais das democracias ocidentais, como o meio ambiente, a educação, o direito", destaca Roberto Regoli, professor na Pontifícia Universidade Gregoriana.

Ele também denuncia os conflitos que devastam o planeta, mas sem resultados concretos, como demonstram seus apelos por um fim da guerra na Ucrânia.

Mas sua imagem rezando sob a tempestade na praça de São Pedro vazia durante a pandemia ilustrou como poucas a necessidade de repensar a economia mundial.

Este pastor incansável, apesar dos 86 anos e seu estado de saúde frágil que o obrigam a usar uma cadeira de rodas, segue privilegiando as missões nas "periferias" do leste da Europa ou da África.

Durante a década 'bergogliana', a Igreja Católica também desenvolveu um diálogo inter-religioso, em particular com o islã.

Ele também teve um encontro histórico em 2016 com o polêmico líder da Igreja Ortodoxa da Rússia, o patriacar Kirill, mas a aproximação foi interrompida pelo apoio desta Igreja cristã à invasão russa da Ucrânia.

Para enfrentar os escândalos de abusos sexuais de menores de idade por religiosos, Francisco aboliu o "sigilo pontifício", que era utilizado por autoridades eclesiásticas para não comunicar tais atos. Um gesto importante, mas insuficiente para as associações de vítimas.

Lutas de poder

Francisco levou novos ares a Roma: optou por viver em um apartamento sóbrio, rejeitando o suntuoso Palácio Apostólico, e frequentemente convidava à sua mesa moradores em situação de rua ou presidiários. Um estilo que também rendeu críticas de setores que veem nele uma dessacralização de suas funções.

O primeiro papa latino-americano da História continua mobilizando os fiéis no exterior, mas também há quem o critique por um exercício extremamente pessoal de sua autoridade sobre 1,3 bilhão de católicos.

"Francisco mostrou um autoritarismo ao qual a Cúria não estava acostumada há muito tempo. E isso pode irritar", disse à AFP um importante diplomata em Roma.

E a oposição dos setores mais conservadores da Igreja está mais viva do que nunca, apesar das mortes de dois de seus principais representantes: Bento XVI, falecido em dezembro, e o cardeal australiano George Pell, que faleceu em janeiro.

A Igreja questiona agora quem será o sucessor de Francisco.

"As verdadeiras manobras para o conclave já começaram. Não são ações sobre nomes, e sim sobre a plataforma ideológica do futuro pontificado", afirma Politi.

Francisco deu a entender em alguns momentos que poderia renunciar ao cargo. Mas ele segue alterando o colégio cardinalício e já designou 65% dos nomes que definirão o próximo papa.

E prepara vários eventos importantes, como uma reunião de bispos no fim do ano para discutir o futuro da Igreja.

EUA: PELO MENOS 186 BANCOS PODEM TER EXPOSIÇÃO A RISCOS SEMELHANTES AOS DO SVB, MOSTRA ESTUDO

Pesquisa traz importante ressalva: ela não leva em consideração o hedge, o que pode ajudar a proteger muitos bancos contra o aumento dos juros

Economistas afirmam ter encontrado 186 bancos que podem estar expostos à riscos similares aos sofridos pelo Silicon Valley Bank (SVB), que quebrou após a redução do valor de seus ativos, frente ao aperto monetário, e saques depósitos não segurados.

Em estudo divulgado nesta semana na Social Science Research Network, economistas estimaram quanto valor de mercado os balanços de ativos dos bancos norte-americanos individuais perderam durante a rápida campanha de aumento de juros do Federal Reserve (Fed). O valor desses ativos, que geralmente incluem notas do Tesouro e empréstimos hipotecários, pode cair quando novos títulos têm taxas mais altas.

Os economistas também examinaram a proporção de financiamento dos bancos que vem de depositantes não segurados ou contas com mais de US\$ 250 mil. Eles estimaram que existem 186 bancos nos EUA nos quais, se metade dos depositantes não segurados sacassem rapidamente seus fundos, até mesmo os depositantes segurados poderiam enfrentar prejuízos porque o banco não teria ativos suficientes para tornar todos os depositantes inteiros, potencialmente forçando o Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC) a intervir.

A pesquisa traz uma importante ressalva: ela não leva em consideração o hedge, o que pode ajudar a proteger muitos bancos contra o aumento das taxas de juros. "Nossos cálculos sugerem que esses bancos certamente correm um risco potencial de quebrar, na ausência de outra intervenção governamental ou recapitalização", escreveram os economistas.

MAIS DE DUAS TONELADAS DE URÂNIO NATURAL DESAPARE-CERAM NA LÍBIA, DIZ ÓRGÃO REGULADOR NUCLEAR

10 tambores contendo aproximadamente 2,5 toneladas não constaram na inspeção de terça-feira (14)

Esforços estão em andamento para encontrar mais de duas toneladas de urânio natural dadas como desaparecidas dos suprimentos mantidos na Líbia, confirmou a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) na quarta-feira (15).

Um porta-voz do órgão regulador nuclear disse à CNN que "aproximadamente 2,5 toneladas de urânio natural" contidas em 10 tambores foram encontradas desaparecidas durante uma inspeção no dia 14 de março.

"Os inspetores de salvaguardas da agência descobriram que 10 tambores contendo aproximadamente 2,5 toneladas de urânio natural na forma de concentrado de minério de urânio não estavam presentes como declarado anteriormente em um local no estado da Líbia", disse a AIEA em seu comunicado.

O diretor-geral da AIEA, Rafael Mariano Grossi, informou que os estados-membros da agência e as autoridades estão trabalhando para descobrir o que aconteceu com o urânio e onde está agora, acrescentou o comunicado.

Pequim deve aceitar data proposta por Lula para viajar à China em 11 de abril

Fontes do governo afirmam que a remarcação da viagem no dia 11 a 14 de abril já teria sido confirmada pelo governo chinês

A viagem de Lula à China deve ser de fato remarcada para o dia 11 de abril. Fontes do Palácio do Planalto e empresas chinesas ouvidas pela CNN dizem que Pequim aceitou a data proposta do governo brasileiro.

As equipes que estavam na China ou escaladas para viajar ao país já foram inclusive informadas que a missão oficial deve acontecer em duas semanas.

Há uma grande expectativa sobre a viagem de Lula ao país asiático. A China é o principal parceiro comercial do Brasil: 27% de tudo o que foi exportado pelo país no ano passado teve como destino o mercado chinês.

O governo pretende usar a ida do presidente para fazer uma virada de página na relação com os chineses, depois das hostilidades do governo de Jair Bolsonaro.

O Itamaraty também afirmou que pretendia assinar pelo menos 20 acordos com os chineses durante a viagem.

Também estava no radar a reativação de um fundo de R\$ 20 bilhões que foi criado em 2015, mas estava parado por questões burocráticas. Uma aliança global contra a fome, nos moldes da aliança da China com a África, seria outro ponto focal da viagem.

No âmbito geopolítico, Lula queria falar com o presidente chinês Xi Jinping sobre o seu acordo de paz para encerrar a guerra entre Rússia e Ucrânia.

Nesse ponto, fontes ligadas ao Partido Comunista Chinês já haviam dito à CNN que poderia haver uma sinalização diplomática de que ambos os países querem a paz, mas a postura da China sobre a guerra não mudaria substancialmente — ainda mais considerando a recente visita de Xi ao presidente Vladimir Putin.

FRANÇA ENFRENTA 10º DIA DE PROTESTOS CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Torre Eiffel e Museu do Louvre ficaram fechados por causa das greves; catadores de lixo anunciaram fim da paralização da categoria. Governo mobilizou 13 mil policiais para conter 'radicais' nos protestos.

A França tem nesta terça-feira (28) a 10ª jornada de protestos contra a reforma da Previdência adotada pelo governo do presidente liberal Emmanuel Macron, que busca uma solução para o cada vez mais violento conflito social, mas sem cogitar a retirada da lei impopular.

As manifestações começaram pacificamente pela manhã, com grandes multidões em várias cidades. Mas as tensões aumentaram durante uma marcha majoritariamente pacífica na capital francesa, com um confronto entre a polícia e ultraesquerdistas que atiraram projéteis e outros objetos contra policiais.

Manifestantes entram em confronto com a polícia no 10º dia de protestos no país

Desde 19 de janeiro, data da primeira manifestação, os manifestantes conseguiram mobilizar centenas de milhares de pessoas (3,5 milhões nos dias 7 e 23 de março, segundo o sindicato CGT) em grandes protestos pacíficos, mas sem sucesso para convencer o governo.

As centrais sindicais pedem a retirada da reforma, que aumenta a idade de aposentadoria a partir de 2030 e antecipa para 2027 a exigência de contribuição por 43 anos (e não 42 como atualmente) para que o trabalhador tenha direito a uma pensão integral.

Laurent Berger, líder do sindicato CFDT, afirmou que aceitaria negociar, mas apenas se o governo deixar a reforma de lado, em particular o aumento da idade de aposentadoria de 62 para 64 anos.

Macron e a primeira-ministra, Élisabeth Borne, anunciaram que estão dispostos a conversar com os sindicatos, que lideram os protestos desde janeiro, mas sem ceder na reivindicação para que o governo desista da reforma.

13.000 agentes

Para esta terça-feira, o ministro do Interior, Gérald Darmanin, anunciou um "dispositivo de segurança inédito" de 13.000 agentes no país e advertiu para a presença em Paris de "mais de 1.000 radicais, alguns procedentes do exterior".

As autoridades esperavam de 650.000 a 900.000 manifestantes. O sindicato CGT relatou uma diminuição no número de manifestantes de Paris nesta terça-feira, após um recorde de 800.000 cinco dias antes. Os números oficiais, sempre muito mais baixos, não estavam imediatamente disponíveis.

Os trens circulavam com atraso em todo país. Na capital, o transporte público registrava "perturbações", segundo a operadora RATP.

Situação explosiva

Os protestos assumiram várias formas nas últimas semanas: milhares de toneladas de lixo acumuladas nas ruas de Paris, bloqueios de depósitos e refinarias que deixaram 15% dos postos de gasolina sem combustível, entre outros.

O site da Torre Eiffel anunciou que os grevistas fecharam a atração turística mundialmente famosa. O Museu do Louvre foi igualmente fechado para greve na segunda-feira.

Os trabalhadores de saneamento em Paris anunciaram que estão suspendendo sua greve de mais de três semanas. O sindicato CGT, que organizou as greves, disse em um comunicado que os trabalhadores retornarão aos seus empregos na quarta-feira (29) para coletar o lixo acumulado.

As manifestações do dia 23 terminaram com 457 detidos e 441 policiais e agentes de segurança feridos, em sua maioria nos distúrbios que aconteceram após as passeatas que reuniram mais de um milhão de pessoas em todo o país, segundo as autoridades.

A decisão de Macron de adotar o projeto por decreto, por temer uma derrota durante a votação no Parlamento, e sua recusa a voltar atrás provocaram a radicalização dos protestos, com distúrbios registrados desde 16 de março.

À espera da decisão do Conselho Constitucional sobre a validade da reforma, o governo tenta virar a página para outras prioridades, como saúde e educação, e a tentativa de garantir uma maioria estável no Parlamento.

Os sindicatos já haviam alertado Macron há algumas semanas para a situação explosiva que seria registrada se o governo não considerasse o mal-estar provocado pela reforma, rejeitada por mais de dois terços dos franceses, de acordo com as pesquisas.

5 PONTOS-CHAVE DO NOVO RELATÓRIO DA ONU SOBRE O CLIMA

O novo relatório do IPCC será fundamental quando os países se reunirem novamente na COP28, que acontecerá em Dubai no final deste ano.

O órgão científico que assessora a Organização das Nações Unidas (ONU) sobre o aumento das temperaturas divulgou um novo relatório.

Trata-se de um resumo importante a respeito de cinco informações-chave obtidas em pesquisas concluídas nos últimos cinco anos.

A seguir, o correspondente de meio ambiente da BBC, Matt McGrath, aponta as principais mensagens que aparecem no documento.

O limite de temperatura será ultrapassado. Como reduzir depois?

Os tons sóbrios deste estudo do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) deixam claro que há pouquíssima chance de evitar que o mundo aqueça mais de 1,5 °C.

Os governos haviam concordado anteriormente em agir para evitar isso. Porém, o mundo já aqueceu 1,1 °C, e agora os especialistas dizem que é provável que ultrapasse 1,5 °C ainda na década de 2030, apesar de todos os discursos políticos.

"Sempre ficou claro no IPCC e na ciência do clima que não é muito provável que sempre fiquemos abaixo de 1,5 °C [de aumento da temperatura global]", diz Oliver Geden, do Instituto Alemão de Assuntos Internacionais e de Segurança e membro da equipe de redação do relatório.

Geden e outros especialistas agora argumentam que voltar para um patamar menos de temperatura o mais rápido possível depois de ultrapassar essa marca é onde o foco deve estar.

Ou seja: a temperatura vai subir mais de 1,5 °C, mas o que podemos fazer para que ela diminua depois disso?

O que é o IPCC e por que os alertas por eles emitidos são preocupantes?

Ultrapassar esse limiar é arriscado, como o próprio relatório reconhece, porque isso pode provocar pontos de inflexão que não podem ser desfeitos, como o derretimento de camadas de gelo profundas — que, por sua vez, liberaria grandes quantidades de gases na atmosfera.

O retorno após ultrapassar o limiar também exigirá tecnologias caras e que ainda não estão comprovadas como uma forma de extrair o excesso de gás carbônico (CO2) da atmosfera.

Todo esse cenário também significa que é urgente chegar o mais rápido possível ao zero líquido — onde a quantidade de gases de efeito estufa na atmosfera não aumenta. Cada novo incremento do aquecimento global realmente importa.

Não há futuro para combustíveis fósseis

Embora o relatório não diga isso com todas as letras, há algumas indicações claras de que não há futuro para as energias provenientes de carvão, petróleo e gás em um planeta habitável no futuro.

O texto destaca que as formas renováveis de energia, como a eólica e a solar, são cada vez mais baratas — e manter os combustíveis fósseis pode sair mais caro do que fazer a transição para sistemas de baixo carbono.

"Me parece que a mensagem, em termos de urgência, é parar de queimar combustíveis fósseis o mais rápido possível", pontua Friederike Otto, um dos autores do relatório, à BBC News.

"Não é porque nos falta alguma peça importante de tecnologia ou algum conhecimento importante. É porque até agora faltou o senso de urgência nos locais onde as decisões importantes são tomadas."

O poder está em nossas mãos

Embora seja fácil pensar que os relatórios científicos sobre mudanças climáticas são todos sobre governos e políticas de energia, o IPCC tem se esforçado para destacar o fato de que as ações que as pessoas podem tomar fazem uma enorme diferença no quadro geral.

"Poderíamos cortar de 40 a 70% das emissões projetadas para 2050 com medidas feitas no final da linha, pelas pessoas", calcula Kaisa Kosonen, do Greenpeace, que foi uma das observadoras da sessão de aprovação do mais recente relatório do IPCC.

"Isso inclui mudar para dietas à base de vegetais, evitar viagens de avião, construir cidades mais acessíveis a pé e de bicicleta...", exemplifica a especialista.

O relatório incentiva que os governos reformem os sistemas de transporte, indústria e energia para que as escolhas de baixo carbono se tornem muito mais fáceis e baratas para os indivíduos.

As ações de agora repercutirão por milhares de anos

É incrível pensar que as decisões que tomarmos nos próximos sete anos ecoarão ao longo dos séculos.

O relatório adverte que, com o aquecimento sustentado entre 2 e 3 °C, as camadas de gelo da Groenlândia e da Antártica Ocidental serão perdidas "quase completa e irreversivelmente" ao longo de vários milênios.

Muitos outros limiares serão ultrapassados mesmo diante de baixos níveis de aquecimento, o que ainda impactaria as geleiras do mundo.

Para interromper esse trem descarrilado do aquecimento, os governos precisam aumentar os compromissos ambientais antes de 2030, para atingir o zero líquido em 2050, a fim de manter o aquecimento em torno de 1,5 °C até o ano 2100.

"Acho que os sistemas climáticos, como também os sistemas sociais e os ecossistemas, nos mostram que medidas são urgentes, para que ainda possamos mudar o mundo para torná-lo um lugar melhor para todos nós", resume Otto.

Agora é sobre a política

A verdadeira força do IPCC é que seus relatórios são acordados entre os governos — ou seja, os textos são aprovados pelos representantes dos países na presença dos cientistas responsáveis pelo trabalho.

Mas o futuro dos combustíveis fósseis está se tornando cada vez mais uma questão política.

Em novembro passado, durante a COP27 realizada em Sharm el-Sheikh, no Egito, vários países tentaram, mas não conseguiram, que a ONU concordasse em eliminar gradualmente o petróleo e o gás, bem como o carvão.

Este argumento não vai desaparecer — com a União Europeia agora apoiando abertamente esse movimento.

O mais recente relatório do IPCC será fundamental quando os países se reunirem novamente na COP28 em Dubai, nos Emirados Árabes Unidos, no final deste ano.

O QUE OS PLANOS DE REFORMA JUDICIAL DE ISRAEL PODEM SIGNIFICAR PARA OS PALESTINOS

Críticos das mudanças temem que, se os políticos tiverem mais controle, os palestinos que vivem em Israel serão prejudicados

Em sua essência, a reforma judicial planejada de Israel daria ao parlamento do país, o Knesset e, portanto, aos partidos no poder, mais controle sobre o judiciário.

Como os juízes são selecionados, a quais leis a Suprema Corte pode decidir, até mesmo dando poder ao parlamento para anular as decisões da Suprema Corte: as mudanças seriam as mais significativas no judiciário de Israel desde sua fundação em 1948.

O que isso significa para os palestinos?

O enfraquecimento do poder judicial pode limitar tanto os israelenses quanto os palestinos a buscar a defesa de seus direitos no tribunal se acreditarem que estão comprometidos pelo governo.

Os palestinos na Cisjordânia ocupada poderiam ser afetados e, claro, os cidadãos palestinos de Israel ou aqueles que possuem cartões de residência seriam diretamente afetados.

A Suprema Corte de Israel não tem influência sobre o que acontece em Gaza, que é governada pelo grupo militante palestino Hamas.

Os críticos das mudanças temem que, se os políticos tiverem mais controle, os direitos das minorias em Israel, especialmente os palestinos que vivem em Israel, seriam afetados.

No ano passado, por exemplo, o tribunal suspendeu os despejos de famílias palestinas no bairro crítico de Sheikh Jarrah, em Jerusalém Oriental, onde grupos judeus reivindicaram a propriedade de terras nas quais as famílias vivem há décadas.

Ao mesmo tempo, ativistas palestinos argumentaram que o tribunal superior consolidou ainda mais a ocupação israelense da Cisjordânia, nunca tendo considerado a legalidade dos assentamentos israelenses ali, embora sejam considerados ilegais pela maior parte da comunidade internacional.

O tribunal superior também foi objeto de reclamações da extrema direita de Israel e dos colonos, que dizem que ele é tendencioso contra os colonos; eles condenaram o envolvimento do tribunal na aprovação do despejo de colonos de Gaza e do norte da Cisjordânia em 2005.

ARGENTINA, CHILE, EQUADOR, MÉXICO E PERU REGISTRAM TERREMOTOS

Pelo menos cinco países da América Latina foram atingidos por terremotos no último sábado (18): Argentina, Chile, Equador, México e Peru. Todos eles integram o Círculo de Fogo do Pacífico, uma grande área de 40 mil quilômetros em forma de ferradura que circunda o oceano Pacífico (passa também por EUA, Canadá, Rússia, Japão, Sudeste Asiático e Oceania).

Ao longo dele, são pelo menos 450 vulcões ativos e alta incidência de terremotos – cerca de 90% de todos os tremores registrados no mundo ocorrem dentro dele.

O tremor mais forte do dia foi registrado no Peru. O Centro Sismológico Nacional peruano registrou um sismo de magnitude 7,0 às 12h12 (horário local; 14h12 horário de Brasília), com epicentro em Tumbes, norte do país. De acordo com as autoridades, uma menina de quatro anos morreu.

Na sexta (17), o Peru já havia registrado mais dois tremores: um de magnitude 4,2 em Huarmey, na costa peruana; e outro de 3,5, em Caylloma, sul do país.

No Equador, um sismo de magnitude de 6,8 atingiu a costa do país às 12h12 (horário local; 14h12 horário de Brasília). Seu epicentro foi a cerca de 30 quilômetros do município de Balao, província de Guayas, informa o Instituto Geofísico da Escola Politécnica Nacional do Equador. Segundo a agência Reuters, não houve ameaça de tsunami no litoral do país.

Na sequência foram registrados dois novos abalos na mesma região, de magnitudes 4,6 e 3,7, e moradores de Guayaquil e mais seis cidades relataram notar os tremores. As autoridades equatorianas confirmam a morte de 14 pessoas, e o número de feridos passa de 440. As vítimas se concentram nas províncias de El Oro e Azuzay.

O presidente do Equador, Guillermo Lasso, anunciou a instalação de um comitê de emergência. "Estamos realizando a avaliação dos prejuízos gerados pelo sismo", escreveu em seu perfil no Twitter. "As instituições agiram de maneira imediata e equipes de contingência estão mobilizadas para garantir todo seu apoio a quem foi afetado".

Nas 24 horas subsequentes O Instituto Nacional de Prevenção Sísmica identificou dois tremores na Argentina: em Mendoza (magnitude 5,0) e em Catamarca (magnitude 3,0), com menos de meia hora de diferença um do outro — o primeiro ocorreu às 12h41. Cerca de 40 minutos depois, um novo tremor foi observado em San Juan (magnitude 2,6).

No mesmo período, pelo menos seis ocorrências de tremores foram registradas no Chile. O mais forte deles foi observado em Arica (magnitude 4,0), no extremo norte do país, às 5h01. As cidades de Antofagasta, Araucania, Bio-Bio, Calam e Cobquecura também foram afetadas

Já no México, há o registro de pelo menos 18 tremores, informa o Serviço Sismológico Nacional mexicano. O epicentro do mais forte deles (magnitude 4,3) foi identificado a cerca de 150 quilômetros de San Jose Del Cabo, na costa oeste do país, às 10h33 (horário local; 13h33).

Outros tremores, que variaram entre magnitudes 3,3 a 4,2, ocorreram nas regiões de Michoacan, Chiapas, Guerrero, Jalisco, Oaxaca e Baja California.

RÚSSIA TESTA DOIS MÍSSEIS COM CAPACIDADE NUCLEAR NO MAR DO JAPÃO

Os mísseis que foram disparados pela Rússia pesam 4,5 toneladas e podem carregar uma ogiva nuclear

Na manhã desta terça-feira (28), a Rússia reafirmou seu status de superpotência atômica ao conduzir um raro teste com dois mísseis com capacidade nuclear no mar do Japão.

Segundo o jornal Folha de São Paulo, o teste ocorreu em águas russas, perto de Vladivostok, a base da Frota do Pacífico do país.

Foram disparados contra um alvo no mar a cerca de 100 km de distância dois P-270 Moskit, um tipo de míssil antinavio de 4,5 toneladas que pode carregar uma ogiva nuclear.

Os mísseis Moskit são armas antinavio de grande porte com capacidade de atingir até 3,7 mil km/h. Eles foram usados pela primeira vez em 1984, pela União Soviética, sendo exportados para a China e o Egito.

Se um míssil desses estiver munido com uma ogiva nuclear, a arma consegue destruir um grupo de embarcações.

"Como a invasão da Rússia da Ucrânia continua, as forças russas também estão mais ativas no Extremo Oriente, incluindo a vizinhança do Japão", afirmou o chanceler japonês Yoshimasa Hayashi, que condenou o posicionamento das armas russas em Belarus (antes chamada de Bielorrússia).

Já Aleksandr Lukachenko, presidente de Belarus, defendeu a medida, dizendo que ela foi provocada por "ações agressivas" da Organização do Tratado Atlântico Norte (Otan).

Também nesta terça, a Coreia do Norte, ditadura comunista que é apoiada pela Rússia e pela China, apesar de desavenças ocasionais, anunciou ter desenvolvido uma nova classe de pequenas armas nucleares.

A revelação foi feita durante uma visita do ditador Kim Jongun ao Instituto de Armas Nucleares, onde ele inspecionava o que seriam as ogivas Hswasan-31 de dimensão suficiente para ser colocada em um míssil intercontinental. Seus modelos podem atingir os territórios americanos no Pacífico e parte da costa oeste dos EUA.

Ao mesmo tempo dessa divulgação, um porta-aviões americano chegou à Coreia do Sul – um dos aliados dos EUA mais preocupados com a crescente agressividade de Kim. O navio vai participar dos exercícios militares entre Washington e Seul.

Existem quase 30 mil soldados norte-americanos posicionados na Coreia do Sul e cerca de 50 mil no Japão.

MAIOR GREVE EM TRÊS DÉCADAS PARALISA A ALEMANHA

Trens, ônibus, aeronaves e embarcações não operam nesta segunda-feira, em pressão por aumento de salários

Boa parte da Alemanha está parada nesta segunda-feira (27/03): trens, ônibus, aviões e embarcações não estão operando, na maior greve do país em mais de 30 anos, com impactos em praticamente toda a sociedade alemã.

Dois dos mais importantes sindicatos da Alemanha, que juntos somam mais de dois milhões de membros — o Sindicato dos Ferroviários (EVG) e sindicato do setor público alemão (Verdi) — convocaram uma greve conjunta, planejada para coincidir com o início da terceira rodada de negociações salariais. Os sindicatos exigem aumentos de pelo menos 10,5%, devido à alta histórica na inflação alemã, que afeta diretamente os custos de vida. Nas outras rodadas, aumentos de 5% e pagamentos de bônus únicos foram rejeitados.

O tráfego de longa distância nas ferrovias está quase completamente interrompido, afetando também países vizinhos, visto que muitas linhas têm trajetos além das fronteiras alemãs. No tráfego regional, a maioria dos trens também não circula, de acordo com a companhia ferroviária alemã Deutsche Bahn (DB).

Todos os grandes aeroportos estão em greve, com exceção do de Berlim-Brandemburgo, que está operando voos internacionais, já que os domésticos não estão chegando nem partindo devido à paralisação nos outros aeroportos do país. Estima-se que 400 mil passageiros sejam afetados.

Além disso, em sete estados – Baden-Württemberg, Hesse, Baixa Saxônia, Renânia do Norte-Vestfália, Renânia-Palatinado, Saxônia e grandes partes da Baviera – ônibus urbanos, metrôs e bondes também estão parados.

O transporte de cargas, tanto na rede ferroviária quanto nos portos, também é atingido, pois os estivadores se juntaram aos grevistas. Consequentemente, entregas de mercadorias que seguiriam por barcos e trens também foram afetadas.

Outro reflexo da greve é a maior circulação de carros nas rodovias, devido aos transportes públicos e de longa distância parados.

O que pedem os sindicatos

Os dois grandes sindicatos estão em um impasse nas negociações com os empregadores do setor público federal e locais em vários setores de transporte – incluindo ferroviário, transporte público local e pessoal de terra em aeroportos.

Para pressionar um acordo, 350 mil trabalhadores de diferentes setores foram convocados a aderir a chamada "greve de advertência" nesta segunda-feira, que foi precedida por paralisações menores nas últimas semanas.

No caso do Verdi, uma nova rodada de negociações, ao lado da Federação Alemã de Funcionários Públicos e União Salarial (DBB), com representantes do governo federal e dos governos locais começa nesta segunda-feira em Potsdam para definir o destino dos salários de 2,4 milhões de pessoas. O sindicato exige 10,5% e pelo menos 500 euros a mais de salário por mês. Anteriormente, os empregadores oferecem um aumento salarial de 5% por um período de 27 meses e uma compensação 2,5 mil euros em um pagamento único, isento de impostos.

O EVG, por sua vez, recomeça no meio da semana negociações coletivas com a Deutsche Bahn e cerca de 50 outras empresas. Se não houver um acordo, o sindicato não descarta novas paralisações no feriado de Páscoa. O EVG pede aumentos salariais de 12% ao longo de um período de um ano, mas pelo menos 650 euros como "componente social".

A Deutsche Bahn criticou a paralisação, que classificou como "exagerada". "Milhões de passageiros que dependem de ônibus e trens estão sofrendo com essa greve excessiva e exagerada", disse o porta-voz da Deutsche Bahn, Achim Strauss. "Nem todo mundo pode trabalhar remotamente", acrescentou.

"Milhares de empresas que normalmente enviam ou recebem suas mercadorias por via férrea também vão sofrer", disse, destacando que "o meio ambiente e o clima também sofrerão" e que os vencedores serão "as empresas petrolíferas".

Por que os sindicatos são tão fortes na Alemanha?

Diferentemente do Brasil, a Alemanha adota, desde 1945, um modelo de unidade sindical. Além disso, a associação a um sindicato ocorre de forma espontânea, sem qualquer imposição normativa e sem qualquer restrição legal. No final de 2018, por exemplo, aproximadamente 7,8 milhões de pessoas pertenciam a um sindicato, de acordo com estudo da Fundação Friederich Ebert.

O nível de sindicalização na Alemanha é considerado alto, mas concentrado em um pequeno número de entidades, que, portanto, tem maior representatividade e, consequentemente, mais poder de negociação coletiva. O Verdi, por exemplo, reúne trabalhadores de mais de mil profissões e é o segundo maior do país em número de filiados.

Em outras palavras: enquanto no Brasil os sindicatos são mais numerosos e bastante segmentados por áreas e por regiões, na Alemanha são mais abrangentes, em menor número e com mais filiados. Assim, greves gerais como a desta segunda-feira se tornam possíveis, com um alto impacto em todo a sociedade.

O modelo de sindicato unitário foi adotado na Alemanha logo após o fim Segunda Guerra Mundial. De acordo com a Fundação Friederich Ebert, um dos motivos foi que a divisão política do movimento sindical foi considerada uma das causas de sua destruição quase sem resistência pelos nacional-socialistas em 1933.

Outro ponto fundamental é que não existem vínculos formais entre as centrais sindicais e os partidos políticos e nem repasses de verbas por parte das legendas aos sindicatos.

A contribuição sindical pode ser deduzida do imposto de renda, e os dias de greve não pagos pelos empregadoes são ressarcidos pelos sindicatos aos trabalhadores.

Custos da greve

Apesar dos transtornos causados aos cidadãos, principalmente a dificuldade para chegar ao trabalho, especialistas financeiros avaliam que as consequências da greve desta segunda-feira na economia alemã são bastante limitadas.

"A megagreve é um problema para os cidadãos e prejudica a reputação da Alemanha como um país de negócios", disse o economista-chefe do Commerzbank, Jörg Kramer, em entrevista à agência de notícias Reuters. "Mas os impactos econômicos de uma greve de um dia são limitados, já que quase todas as empresas, exceto as diretamente afetadas, continuarão [trabalhando] normalmente".

Os portos bloqueados, voos cancelados e linhas de trem paradas podem gerar prejuízos de até 181 milhões de euros, estima Klaus Wohlrabe, especialista do Instituto de Pesquisa Econômica (Ifo), da Alemanha.

CHATGPT É BLOQUEADO NA ITÁLIA POR NÃO RESPEITAR LE-GISLAÇÃO DE DADOS PESSOAIS

As autoridades do país afirmam que a OpenAl, empresa responsável pelo chatbot, também não dispõe de sistema de verificação da idade dos usuários menores de idade

As autoridades italianas anunciaram nesta sexta-feira (31/3) a decisão de bloquear o chatbot ChatGPT, acusado de não respeitar a legislação sobre dados pessoais e de não dispor de um sistema de verificação da idade dos usuários menores de idade.

Esta decisão, "com efeito imediatos", terá como consequência "a limitação provisória do tratamento dos dados dos usuários italianos em relação à OpenAI", criadora do ChatGPT, informou a autoridade nacional para a proteção de dados pessoais, em um comunicado.

O ChatGPT apareceu em novembro e foi rapidamente adotado por usuários impressionados com sua capacidade de responder claramente a perguntas difíceis, escrever sonetos e até passar em exames.

Em seu comunicado, a autoridade italiana ressalta que o Chat-GPT "sofreu, em 20 de março, uma perda de dados ('data Breach') sobre as conversas dos usuários e as informações relativas ao pagamento dos clientes do serviço de assinatura".

O órgão de vigilância também critica o ChatGPT pela "falta de uma nota informativa para os usuários, cujos dados são coletados pela OpenAI, mas, sobretudo, pela ausência de uma base jurídica que justifique a coleta e a conservação em massa dos dados pessoais, com o objetivo de 'treinar' os algoritmos que fazem a plataforma funcionar".

Além disso, embora o robô seja destinado a maiores de 13 anos, "a autoridade destaca que a ausência de qualquer filtro para verificar a idade dos usuários expõe os menores a respostas que não estão, em absoluto, em conformidade com seu nível de desenvolvimento".

A entidade pede à OpenAl que "comunique, em um prazo de 20 dias, as medidas adotadas" para remediar esta situação, "sob pena de multa até 20 milhões de euros (US\$ 21,75 milhões), ou até 4% do volume de negócios mundial anual".

Este anúncio surge depois de a agência policial europeia (Europol) alertar, na segunda-feira, que os criminosos estavam dispostos a tirar proveito da Inteligência Artificial, como o chatbot ChatGPT, para cometer fraudes e outros crimes cibernéticos.